REVISTA
OESTE
EDIÇÃO 222 — 21/06/2024

# OS DONOS DA RAZÃO

O Judiciário supremo, a maior parte da mídia e as classes culturais estão convencidos, como o presidente Lula e a esquerda em geral, de que só as ideias que consideram acertadas têm o direito de entrar no debate público

Por J.R. GUZZO

# Um regime doente

J. R. Guzzo • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

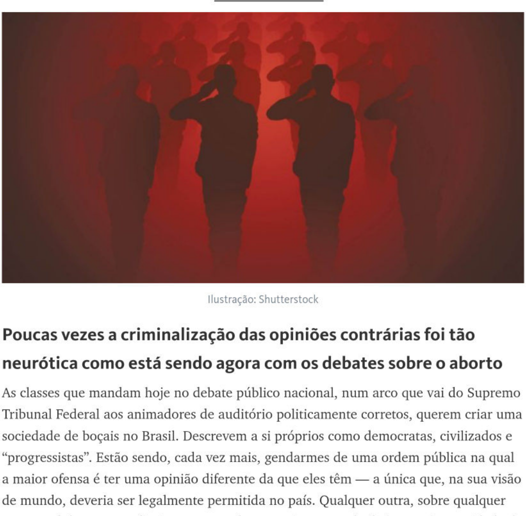


Ilustração: Shutterstock

## Poucas vezes a criminalização das opiniões contrárias foi tão neurótica como está sendo agora com os debates sobre o aborto

As classes que mandam hoje no debate público nacional, num arco que vai do Supremo Tribunal Federal aos animadores de auditório politicamente corretos, querem criar uma sociedade de boçais no Brasil. Descrevem a si próprios como democratas, civilizados e "progressistas". Estão sendo, cada vez mais, gendarmes de uma ordem pública na qual a maior ofensa é ter uma opinião diferente da que eles têm — a única que, na sua visão de mundo, deveria ser legalmente permitida no país. Qualquer outra, sobre qualquer assunto, é de extrema direita, contra a democracia e acusada de levar a humanidade de volta ao Tempo das Cavernas. Por esse entendimento, fica proibido discordar. Fica proibido propor ideias próprias. Fica proibido pensar. O que pretendem na prática é eliminar, em nome do "processo civilizatório", justamente um dos princípios fundamentais para o avanço da civilização humana — o da livre circulação de ideias e a convicção de que pode haver mais de um ponto de vista sobre a mesma coisa.

O Judiciário supremo, a maior parte da mídia e as classes culturais estão convencidos, como o presidente Lula e a esquerda em geral, de que só as ideias que consideram acertadas têm o direito de entrar no debate público. As que não levam o seu certificado de aprovação, e sobretudo as que são contra as suas, são tratadas como manifestações de delinquência social, política e moral — são "fascistas" e seus portadores deveriam responder a processo penal se disserem o que pensam. Vale para tudo, da ideia de que não houve "golpe de Estado" em 8 de janeiro de 2023 até a sugestão de que as urnas eletrônicas do TSE podem estar sujeitas a melhorias técnicas. Mas poucas vezes a criminalização das opiniões contrárias foi tão neurótica como está sendo agora com os debates sobre o aborto. A ideologia oficial, simplesmente, decidiu que o cidadão brasileiro não tem o direito civil de ser contra o aborto — e não pode, nem mesmo, propor que haja algum limite temporal para a supressão do feto.

Foto oficial do STF, com a composição atual completa | Foto: Montagem Revista Oeste/Fellipe Sampaio /SCO/STF

É pura e grosseira repressão do pensamento, direto na veia. A Câmara dos Deputados quer urgência para a discussão e votação de um projeto que limita até os cinco meses de gravidez a execução do aborto legal — por qualquer causa. É um momento em que o feto já está com todos os seus órgãos e membros formados. Os seus pulmões respiram, e o coração está batendo. Os sistemas circulatório, digestivo e urinário funcionam como os de um ser vivo. O sexo já está definido. O bebê se movimenta dentro da mãe, é capaz de ouvir os sons exteriores e reage a estímulos da luz. Os defensores de um limite de calendário acreditam que esse é o ponto máximo a que se pode chegar, em qualquer caso de aborto — como recomenda, por sinal, o Conselho Federal de Medicina, que tem a função oficial de estabelecer regras sobre questões de saúde. A recomendação foi declarada "inconstitucional" pelo ministro Alexandre de Moraes. Diante disso, a Câmara decidiu debater um projeto de lei sobre o assunto.

Que crime poderia haver nisso? Há pessoas a favor do aborto. Há pessoas que são contra. Há as que propõem um prazo máximo para a sua realização — neste caso, cinco meses de gravidez. Todas têm razões legítimas para pensar como pensam; ninguém pode ser impedido de defender uma posição ou a outra. A única maneira de estabelecer uma regra legal para resolver esse tipo de diferença, numa democracia, é adotar a vontade da maioria. A única maneira real de descobrir a vontade da maioria é entregar o assunto à deliberação do Congresso Nacional — e o Congresso é a única instituição que está autorizada pela Constituição a representar o povo brasileiro. Esse procedimento elementar da democracia, porém, está sendo tratado como um escândalo sem precedentes pelo Centro Nacional de Enfrentamento à Opinião Livre. No caso da discussão sobre os limites de tempo para o aborto, na verdade, a repressão vem em dose dupla. Não apenas é negado o direito do cidadão de ser a favor do prazo. É negado, também, o direito que o Congresso tem de fazer leis sobre a questão.

Ilustração: Shutterstock

É uma contrafação em estado bruto. Os partidos da esquerda, os "formadores de opinião" e as almas que se consideram esclarecidas transformaram o projeto numa discussão sobre o estupro. Como a proposta equipara ao crime de homicídio todo aborto feito nessas condições, incluindo os que são originados por estupro, o pensamento único começou a dizer que a lei persegue as mulheres estupradas. É mentira. O projeto pune o aborto após 22 semanas de gravidez; não absolve o estupro, nem atenua as suas penas. A punição, de 20 anos de cadeia, se baseia na convicção de que o feto, nesse estágio de desenvolvimento, é um ser vivo. O Código Penal Brasileiro, por sua vez, define no artigo 121 o que é o crime de homicídio: "Matar alguém". Os autores da lei acham que o feto de cinco meses é "alguém"; eliminar sua vida, nesse raciocínio, é cometer um assassinato, que tem punição maior que a do estupro. Os estupradores continuam sendo punidos pelo crime de estupro. Os responsáveis pelo aborto passam a ser punidos pelo crime de assassinato.

Lula e a Frente Pró-Aborto estão dizendo, horrorizados, que "a mulher vai ser castigada com uma pena maior que a do estuprador". Não é "a mulher". É quem praticou um crime de homicídio, que segundo o Código Penal é mais grave que o de estupro. A visão dos que propõem a lei está certa ou errada? Já existe vida aos cinco meses de gravidez, ou a vida só começa com o parto? Se não é fixado um prazo máximo, o aborto pode ser feito, digamos, aos oito meses? Tudo isso pode estar em debate, pelo tempo que for necessário. O incompreensível é decretar que o Congresso Nacional não tem o direito de aprovar, em votação aberta no plenário, a lei que julgar mais acertada sobre a questão. Lula, por exemplo, acha que o projeto é uma "insanidade". O grosso da mídia diz e escreve que é um ato de barbárie — ou uma proposta fascista, ou bolsonarista, ou de fanáticos religiosos. O presidente do Senado se escandaliza com bonecos que os senadores levam à tribuna para representar fetos. Tudo bem: basta, para evitar essa calamidade, fazer com que a proposta seja rejeitada no Congresso.

O problema, como em tantas outras votações na Câmara e no Senado, é um só: o governo, o STF e os artistas da Globo têm medo de perder. Têm medo, na verdade, das preferências, valores e decisões da maioria do povo brasileiro. O resultado é a formação desse corpo de carabineiros do pensamento que está aí, cada vez mais agressivo na ambição de racionar as liberdades no Brasil — de expressão, de crença, de opinião política e de pensar diferente deles. É um clima de vale-tudo, que leva os fatos para o pelotão de fuzilamento e tem o apoio fechado das facções que governam o Brasil e decretam o que é o bem e o mal. "Não à gravidez infantil", diz uma das ordens de marcha mais típicas da campanha que se levantou contra o projeto. "Crianças estão sendo obrigadas a serem mães… Esse projeto absurdo obriga meninas e mulheres vítimas de estupro a levar a gravidez resultante desse crime adiante. Caso contrário, a pena é similar a um crime de homicídio. Mas isso não vai ser votado… É um crime contra todas as mulheres." Nenhuma criança será presa por abortar; é proibido por lei prender menores de idade. Mas e daí?

> *Esse desvio constante das noções básicas da democracia está criando um país ruim. Há uma clara deficiência de ordem moral num mundo político em que o aparelho do Estado interdita o debate entre os cidadãos*

Este é o tom — do presidente até o último miliciano dos esquadrões de *fake news* a serviço do governo, dentro ou fora do Palácio do Planalto. A falsificação dos fatos segue o roteiro de sempre, mas a fórmula do veneno está nesse "não vai ser votado". Faz parte da doutrina central do regime em vigor no Brasil de hoje: se não aprovar as leis autorizadas por Lula, o STF e o *Jornal Nacional*, o Congresso está sendo de "extrema direita" e agindo "contra a democracia". Não pode fazer regras para a demarcação de reservas indígenas. Não pode legislar sobre consumo de drogas. Não pode abolir o imposto sindical, nem limitar as nomeações de políticos amigos para a diretoria das empresas estatais. Não pode estabelecer mandatos para os ministros do STF, nem colocar limites efetivos à sua ação. Não admitem, agora, que o Congresso discuta e vote a proibição do aborto legal depois dos cinco meses de gravidez. O ministro Alexandre de Moraes, que não tem o direito de aprovar lei nenhuma, pode decidir que não há prazo. O Congresso, que é o único que tem direito de aprovar leis, não pode.

Esse desvio constante das noções básicas da democracia está criando um país ruim. Há uma clara deficiência de ordem moral num mundo político em que o aparelho do Estado interdita o debate entre os cidadãos. Obviamente, é uma anomalia que não vem sozinha — faz parte de toda uma construção totalitária. O pacote é extenso. Inclui, acima de tudo, uma casta de donos da razão que autoriza ou proíbe o cidadão de pensar — permitem o que acham certo, vetam o que acham errado. Através dessa expropriação do direito de raciocinar, que pretendem tornar uma atividade privativa do Estado, como a exploração de petróleo ou a emissão de passaportes, os gatos gordos do regime decidiram que o Regimento Interno do STF vale mais que a Constituição. A partir daí, liberou geral para eles, gatos gordos — e fechou geral para os demais. Discordar do que decidem tornou-se "antidemocrático". Pode dar cadeia.

URGÊNCIA: não à gravidez infantil

101.421 assinaram. Vamos chegar a 250.000

Crianças sendo obrigadas a serem mães. É isso que um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados quer nos obrigar a engolir. Esse projeto absurdo obriga **meninas e mulheres vítimas de estupro a levar a gravidez resultante desse crime adiante.** Caso contrário, a pena é similar a um crime de homicídio. Mas isso não vai ser votado. Não se nos unirmos.

ASSINE A PETIÇÃO:

Ao Congresso Nacional e todas as autoridades brasileiras:

"Nós, cidadãos e cidadãs do Brasil, preocupados com o futuro das meninas e mulheres, pedimos que o Congresso desconsidere toda e qualquer tentativa de equiparar o aborto legalizado ao crime de homicídio. Digam NÃO a esse retrocesso!

Preencha seu e-mail:

E-mail

ENVIAR

Ao juntar-se a esta campanha você concorda em receber emails da Avaaz. Nossa Política de Privacidade protegerá seus dados - no link explicamos como eles serão usados. Você pode se descadastrar a qualquer momento.

"Não à gravidez infantil" é a campanha que se levantou contra o projeto de lei que limita o aborto legal a 22 semanas de gestação | Foto: Reprodução/Avaaz

Não é mais permitido pelo Núcleo Integrado de Combate às Ideias Próprias ora em operação no Brasil ser a favor da liberdade econômica: o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cuja principal contribuição para o serviço público foi a criação de um novo mapa-múndi com o Brasil no meio, acaba de decretar que o entendimento liberal da economia, que eles chamam de "neoliberal", conduz o país ao "nazifascismo". É proibido solicitar mais provas científicas de que haja, na realidade objetiva, uma "crise climática"; os mais agitados dizem, a propósito, que estamos numa Terceira Guerra Mundial, que vai se encerrar com a extinção da vida no "planeta". É proibido estabelecer o ensino da língua portuguesa segundo as regras da gramática oficial. É terminantemente proibido defender a anistia para os condenados por um crime que nunca foi cometido, o "golpe" do dia 8 de janeiro de 2023.

O "novo normal" do governo, do STF e do "processo civilizatório" é cada vez mais anormal. Faz sentido, por exemplo, um país onde o principal herói da esquerda é o ministro Alexandre de Moraes? Também não pode ser sadia uma situação em que boa parte dos jornalistas se transformou em informantes da polícia — e em que a delação se tornou uma virtude democrática. O "novo normal" acha normal denunciar exilados políticos como "fugitivos da Justiça". Defende a adoção da censura prévia nas redes sociais. Não admite que haja alguma coisa errada com um inquérito policial contra *fake news*, por sinal fora da lei, que foi aberto há cinco anos pelo STF e até agora não conseguiu indiciar um único militante de esquerda. Considera legítimo que uma ativista do PT declare em público que espalhou notícias falsas em favor de Lula durante a última campanha eleitoral — tanto que o presidente da República, em pessoa, achou que era seu dever fazer um elogio oficial a ela. Ninguém, nesse ecossistema, vê nada de mal em propor ações penais contra um crime que não existe, esse mesmo das *fake news* — mas só quando o acusado é da "extrema direita", como se descreve hoje em dia todo cidadão que discorda das doutrinas oficiais.

Uma sociedade está doente, enfim, quando a sua suprema Corte de Justiça anuncia que vai contratar uma empresa para lhe contar tudo o que está sendo dito ou escrito a seu respeito pelas pessoas a quem cabe proteger. Por que isso, se o brasileiro tem o direito constitucional de dar a sua opinião sobre o STF, ou sobre qualquer outra coisa? Os ministros dizem que querem "monitorar" a sua imagem junto ao público em geral. Tudo bem — uma fábrica de goiabada, por exemplo, também pode contratar um serviço de *clipping* com o que é publicado sobre ela nos meios de comunicação. Mas o STF quer que a empresa contratada lhe entregue os nomes de cada cidadão que falou alguma coisa em relação ao tribunal ou a seus ministros, 24 horas por dia. Por que os nomes? Para enviar agradecimentos pelos elogios? "Tenha dó", como disse o ministro Moraes a seu colega André Mendonça.

Serviço contratado pelo Supremo para controlar tudo que é falado nas redes sociais funcionaria 24 horas por dia e sete dias por semana | Foto: Divulgação/Revista Oeste

*Feito por @bancahidden*

# Carta ao Leitor — Edição 222

Redação Oeste • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

Foto: Gerada por IA/Freepik/Revista Oeste

## A proibição do debate no Brasil, o monitoramento das redes sociais pelo STF e o esbanjamento de Lula e Janja estão entre os destaques desta edição

Durante a pandemia de covid-19, certos temas — a origem do vírus chinês, a necessidade de distanciamento social e a eficácia da vacina, por exemplo —foram promovidos a dogmas incontestáveis. Quem ousasse debater essas verdades oficiais era sumariamente cancelado, censurado ou desmonetizado. Nas eleições presidenciais de 2022, ingressou nesse grupo especial a confiabilidade das urnas eletrônicas.

Há uma semana, foi também proibido discutir o aborto. "Poucas vezes a criminalização das opiniões contrárias foi tão neurótica quanto neste caso", observou **J.R. Guzzo** no artigo de capa desta edição. "Que crime poderia haver nisso? Há pessoas a favor do aborto. Há pessoas que são contra. Há as que propõem um prazo máximo para a sua realização — neste caso, cinco meses de gravidez. Todas têm razões legítimas para pensar como pensam; ninguém pode ser impedido de defender uma posição ou a outra."

O veto à liberdade de opinião e ao direito de pensar é cada vez mais abrangente. Agora, exemplifica Guzzo, também não se pode pedir provas científicas da "crise climática" ou defender a anistia para os condenados do 8 de janeiro de 2023. E está em vigor há cinco anos a intolerância inaugural: ninguém deve criticar a atuação do STF ou decisões autocráticas de seus ministros. Quem ousa desafiar a regra não escrita pode ser incluído no distópico Inquérito das Fake News ou num de seus clones.

Para dispor de controles que garantam a imposição da própria vontade, o STF abriu licitação para contratar uma empresa incumbida de monitorar 24 horas por dia, sete dias por semana, o que se publica sobre o Tribunal e seus 11 togados nas redes sociais. Além de saber o que se discute, a empresa precisará mapear quem fala e de onde fala. Apenas regimes ditatoriais recorrem a mecanismos semelhantes.

Enquanto a censura se avoluma e a economia encolhe, Lula e Janja acabam de desfrutar de outra viagem ao exterior. Na Itália, o casal se hospedou no hotel Borgo Egnazia, na região da Puglia, um dos mais luxuosos da Europa. "As diárias alcançam a cifra de R$ 71 mil", mostra a reportagem de **Rachel Díaz** e **Thiago Vieira**.

O presidente e a primeira-dama dão a impressão de que vão se tornando viciados em torrar dinheiro extorquido dos pagadores de impostos. Somados um tapete (R$ 114 mil), um "sofá reclinável comprado sem licitação" (R$ 65 mil), uma cama (R$ 42 mil) e outros luxos semelhantes, o valor desperdiçado em móveis e na reforma do Alvorada e da Granja do Torto ultrapassou a cifra de R$ 26 milhões.

Lula se autodenomina Pai dos Pobres desde o século passado. Hoje, vive a vida de multimilionário. E a conta é paga por nós.

Boa leitura.

Branca Nunes,

Diretora de Redação

O Judiciário supremo, a maior parte da mídia e as classes culturais estão convencidos, como o presidente Lula e a esquerda em geral, de que só as ideias que consideram acertadas têm o direito de entrar no debate público

Por J.R. GUZZO

Capa da revista Oeste, edição 222 | Foto: Gerada por IA/Freepik/Revista Oeste

*Feito por @bancahidden*

# Se arrependimento matasse

Augusto Nunes • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

Geddel Vieira Lima, ex-ministro da Integração Nacional | Foto: Montagem Revista Oeste/Marcelo Camargo/Agência Brasil

## Único a negar que era o dono da fortuna que tungou, só Geddel ficou fora da devolução de dinheiro à bandidagem promovida por Toffoli

**PRESO EX-MINISTRO DE TEMER**, concordaram as manchetes dos três principais diários da velha imprensa em julho de 2017, ao noticiarem a ida para a gaiola do político baiano Geddel Vieira Lima. Entre maio e novembro de 2016, ele fora ministro-chefe da Secretaria de Governo do vice que assumira a Presidência com o *impeachment* de Dilma Rousseff. Mas os editores das primeiras páginas sabiam que a Polícia Federal não estava no encalço do ex-integrante do primeiro escalão de Temer (demitido, aliás, tão logo se comprovou seu envolvimento em pilantragens imobiliárias denunciadas por um colega de ministério). Fora para a cadeia o Geddel que colecionara patifarias de março de 2011 a dezembro de 2013, instalado no cargo de vice-presidente de Pessoa Jurídica da Caixa Econômica Federal.

Geddel Vieira Lima, ex-ministro da Integração Nacional, e Michel Temer, ex-presidente da República, no Palácio do Planalto | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

**PRESO EX-BANQUEIRO DE DILMA** — essa seria a manchete correta. Infiltrado no alto-comando da Caixa, Geddel atacou os cofres da instituição com tamanha gula que não demorou a estabelecer um recorde ainda não superado. Num apartamento em Salvador emprestado pelo empresário Sílvio Silveira ao amigo Lúcio Vieira Lima, irmão do larápio compulsivo, a Polícia Federal encontrou R$ 51 milhões (em cédulas novinhas em folha), além de uma pilha de dólares de bom tamanho. Foi a maior apreensão de dinheiro em espécie da história do Brasil. Espalhado por nove malas e alguns caixotes de papelão, o produto de muitos roubos, exibido em fotos e vídeos, permitiu que milhões de brasileiros *vissem* o tamanho da bolada à espera de quem consegue acertar sozinho na Mega-Sena. (O prêmio desta semana, por exemplo, é calculado em R$ 55 milhões. Atualizadas as cifras, equivale a um Geddel.)

Naquele Brasil esperançoso, a Operação Lava Jato e seus desdobramentos seguiam drenando o pântano irrigado pelo escândalo do Petrolão, do qual era pinçado quase diariamente algum figurão da seita que tem em Lula seu único deus. Num primeiro momento, devotos atarantados com a ofensiva anticorrupção celebraram a captura de um político que, antes da passagem pelo governo Temer, conseguira cinco mandatos de deputado federal, sempre pelo MDB, e posava de futuro dono da Bahia. Como os redatores de primeiras páginas, os militantes petistas vislumbraram a chance de, finalmente, afirmar aos berros que sobravam casos de polícia também em outros partidos. A sensação de alívio logo seria revogada pela exposição, na internet, do prontuário detalhado de Geddel — e pelas imagens do apartamento cofre.

> *Na semana passada, o padroeiro dos culpados bilionários presenteou outro lote de bandidos da classe executiva com anulações de provas e devoluções da dinheirama roubada do povo brasileiro*

Ganhara o cargo da presidente Dilma Rousseff por ordem do amigo Lula, um entusiasta dos dotes administrativos do político baiano cuja gula por dinheiro lhe valera ainda na juventude o apelido de Jacaré. A admiração se consolidara entre 2007 e 2010, período em que Geddel foi ministro da Integração Nacional do segundo governo Lula. Ao saber que a sumidade nordestina deixaria o primeiro escalão para acabar surrado na disputa pelo governo da Bahia, Lula lamentou a perda nos comícios da campanha eleitoral de 2010. O vídeo abaixo registra um dos capítulos da cerimônia do adeus. "Você foi um cumpridor de tarefa extraordinário", derrama-se o orador com cara de viúvo inconsolável. "E isso eu tenho ouvido não apenas da minha boca, que viajo com você, mas da companheira Dilma, que conviveu contigo." O alvo da choradeira capricha na pose de estadista sertanejo, Lula segue em frente. "Eu disse ao Geddel outro dia: 'É uma pena que você deixa o governo, você poderia continuar no governo pela grandeza do teu trabalho'."

Não é pouca coisa. Mas não foi tudo. "Eu acho que o Temer deveria pegar os deputados aqui, de todos os partidos, e levar pra ver algumas obras que estão acontecendo no Nordeste brasileiro, pra saber o que que tá acontecendo no Nordeste brasileiro", patina na redundância o palanque ambulante. Por exemplo, a transposição das águas do Rio São Francisco. "O canal da integração é uma obra que vocês vão perceber por que que Dom Pedro II queria fazer essa obra em 1847, e eu espero que até 2012 a gente conclua ela inteira. Então, Geddel, meus agradecimentos por todo o teu trabalho." Nenhum deles poderia prever as trapaças da sorte ocorridas antes que terminasse a segunda década do século 21.

Condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, Lula ficou 580 dias encarcerado em Curitiba. Foi resgatado pelo Supremo Tribunal Federal, graças à Lei do CEP inventada por Edson Fachin, e hoje é presidente da República de novo. Em outubro de 2019, Geddel foi condenado a 14 anos e 10 meses de prisão em regime fechado, por lavagem de dinheiro e associação criminosa. Em julho de 2020, o ministro Dias Toffoli, comovido com problemas de saúde do presidiário, socorreu Geddel com a concessão da "prisão domiciliar humanitária". Somadas as temporadas na Papuda e num presídio em Salvador, foram 1.010 dias.

Hoje em liberdade, pretende disputar algum cargo depois de recuperar os direitos políticos, suspensos até 2025. Já na fase de aquecimento, sonha juntar o MDB e o PT na disputa da prefeitura da capital baiana e, quem sabe, candidatar-se a deputado federal em 2026. "Estou conseguindo sair do vale dos leprosos", compara. "O Lula também passou pelo xilindró. Ficamos no mesmo hotel. O eleitor decide." Enquanto ficou na cadeia, manteve a discurseira inverossímil: "Não tenho nada a ver com esse dinheiro", continuou a recitar. "Nem sei quem é o dono desse apartamento." As coisas pioraram quando tentou impedir que o ex-deputado Eduardo Cunha, parceiro de tramoias, fechasse um acordo de delação premiada. Só no fim de 2023 resolveu render-se. E passou a garantir que o dinheiro seria usado em mais uma tentativa de eleger-se governador da Bahia, enfim admitiu que era o dono daqueles 51 milhões. Tarde demais.

"Reconheço que o meu grave equívoco foi ter colocado o desejo de chegar ao governo acima de tudo", diz agora. Conversa fiada. Ele sabe que seu grande erro foi negar a posse da fortuna e recusar a delação premiada, reafirma o que anda fazendo Dias Toffoli. Na semana passada, o padroeiro dos culpados bilionários presenteou outro lote de bandidos da classe executiva com anulações de provas e devoluções da dinheirama roubada do povo brasileiro. Em breve, todos os criminosos confessos terão embolsado os bilhões que se dispuseram a pagar para livrar-se da merecidíssima gaiola. Menos Geddel. Por ter jurado que nem um único e escasso centavo lhe pertencia, ficou mais de mil dias no xadrez e viu evaporar-se uma Mega-Sena acumulada. É inútil fingir que não entendeu que errou a escolha na encruzilhada. Se arrependimento matasse, Geddel Vieira Lima já seria nome de rua em alguma cidade do interior da Bahia.

Geddel Vieira Lima, hoje em liberdade, pretende disputar algum cargo depois de recuperar os direitos políticos, suspensos até 2025 | Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

*Feito por @bancahidden*

# Big Brother Supremo

Branca Nunes • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Foto: Shutterstock

## O monitoramento pelo STF de pessoas e publicações em redes sociais é mais um passo em direção à censura e ao autoritarismo

"Talvez o detalhe mais importante fosse a codificação de cada residência por cores", descreve a reportagem de Vivian Wang, **publicada no jornal *The New York Times*** em 25 de maio deste ano. "Verde significava confiável. Amarelo, precisava de atenção. Laranja exigia 'controle rigoroso'." Essa é uma das formas usadas pelo Partido Comunista Chinês para manter a população do país sob controle. O gráfico tricolor está fixado na parede de uma delegacia e mapeia os apartamentos de um complexo de prédios localizado em Pequim. Além da classificação por "grau de periculosidade", há informações como nomes, números de telefone e outros dados sobre os moradores.

The New York Times

*Xi Jinping's Recipe for Total Control: An Army of Eyes and Ears*

Reviving a Mao-era surveillance campaign, the authorities are tracking residents, schoolchildren and businesses to forestall any potential unrest.

Notícia publicada no New York Times: "Receita de Xi Jinping para controle total: um exército de olhos e ouvidos" (25/5/2024) | Foto: Reprodução/The New York Times

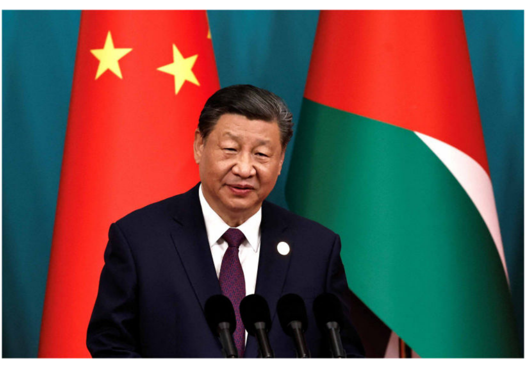
Em 28 de maio, **Oeste revelou em primeira mão** que o Supremo Tribunal Federal (STF) havia aberto um processo de licitação para contratar uma empresa que monitorasse em tempo real o que está sendo publicado sobre a Corte nas redes sociais. Segundo a reportagem de Cristyan Costa, o serviço funcionará 24 horas por dia, sete dias por semana. E os assuntos abordados pelos usuários serão agrupados de três maneiras: positivo, negativo e neutro — assim como as cores que catalogam os apartamentos na capital chinesa. Também de forma similar ao que é feito em Pequim, além da classificação por "grau de periculosidade", a empresa contratada deverá identificar, entre outras coisas, quem fez a postagem e de qual local ela foi feita.

"O STF solicita no edital que a empresa contratada utilize uma ferramenta específica no trabalho de monitoramento", descreve uma reportagem da revista *Veja* publicada em 18 de junho. "Ela precisa ser capaz de 'identificar públicos, formadores de opinião, discursos adotados, georreferenciamento da origem das postagens, bem como avaliar a influência dos públicos, dos padrões das mensagens e de eventuais ações organizadas na web'."

## Vigilância sem precedentes

Elaborado por um policial local para "lidar com perigos ocultos da sua jurisdição", o esquema chinês vai ao encontro do que deseja o presidente Xi Jinping. "O Partido Comunista Chinês há muito tempo exerce o aparato de controle mais abrangente do mundo contra ativistas e aqueles que possam expressar descontentamento", informa a reportagem do *New York Times*. "Durante a pandemia de coronavírus, a vigilância atingiu uma escala sem precedentes, rastreando virtualmente todos os residentes urbanos em nome da prevenção de infecções."

Agora está claro que Xi Jinping deseja tornar esse controle permanente e o mais abrangente possível. Estão sendo recrutados voluntários e aposentados que jogam xadrez ao ar livre para serem os olhos e ouvidos do partido nas ruas. No local de trabalho, os empregadores são obrigados a nomear "consultores de segurança" que relatam regularmente à polícia qualquer suspeita. "Está claro que a intrusão acentuada do governo durante a pandemia foi uma aceleração de um projeto de longo prazo", avisa o *NYT*.



Xi Jinping, presidente chinês | Foto: Reuters/Tingshu Wang/Pool

## O direito de censurar

A adoção de um monitoramento em tempo real de quem publica críticas aos ministros nas redes sociais é só mais um passo em direção a um modelo chinês de controle da população, que começou a ser implantado há cinco anos com a instauração pelo Supremo Tribunal Federal do chamado Inquérito das Fake News. Batizado por Marco Aurélio Mello, ex-ministro da Corte, de Inquérito do Fim do Mundo, esse processo deu ao STF o direito não só de censurar o que achar necessário, mas de acusar, investigar, processar e condenar quem bem entender, quando e como quiser.

"Tomei conhecimento da instauração desse inquérito na casa de Luís Roberto Barroso, pelo então presidente do STF, Dias Toffoli", contou Mello numa entrevista **publicada na edição 206 de Oeste, em março deste ano**. "Ele me viu e disse: 'Determinei, mediante portaria, a instauração de um inquérito e designei o relator. Marco Aurélio, sei que Vossa Excelência não vai concordar'. Perceba que Toffoli nem sequer sorteou o caso, mas, sim, escolheu o seu condutor, o ministro Alexandre de Moraes." Recém-chegado à Corte, o então calouro Moraes ganhou o inquérito de presente, o que era absolutamente incomum no STF.

Segundo Mello, embora a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público tenham pedido o fim do procedimento, não foram atendidos. "As investigações estão ocorrendo há cinco anos, e confesso que não sei com qual finalidade, o que implica ainda um desgaste enorme para o próprio Supremo, por ser a 'vítima' que atua como investigador", diz. "Vejo como algo ruim para o Estado Democrático de Direito."

O primeiro episódio de censura explícita aconteceu em abril de 2019, quando Moraes determinou que o site O Antagonista e a revista *Crusoé* retirassem do ar reportagens e notas que citavam o então presidente do STF. Os textos mostravam que o personagem chamado de "Amigo do Amigo de Meu Pai" em e-mails trocados entre executivos da Odebrecht era Dias Toffoli. O caso inaugura também outra prática que se tornou rotineira na Corte: a cobrança de multas milionárias. Para a reportagem da *Crusoé*, estipulou-se o pagamento de R$ 100 mil por dia caso não tirassem a matéria do ar. Diante da repercussão negativa, os ministros voltaram atrás poucos dias depois.

> *O ápice da série de arbitrariedades aconteceu em 8 de janeiro de 2023, quando milhares de brasileiros foram presos, acusados de tentar dar um golpe de Estado*

Em 16 de fevereiro de 2021, o deputado federal Daniel Silveira foi preso depois de divulgar um vídeo com ofensas e ameaças contra ministros do STF. A ordem de prisão foi expedida por Alexandre de Moraes, que ignorou o artigo 53 da Constituição: "Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos". A perseguição a Silveira desprezou inclusive um indulto presidencial, dado por Jair Bolsonaro em abril de 2022.

Esses são apenas dois exemplos de uma série de outros episódios que incluem a prisão de outros parlamentares, o julgamento pelo STF de gente sem foro privilegiado, a perseguição a empresários que compartilharam *emojis* num grupo de WhatsApp e a censura a jornalistas e veículos de comunicação. Um dos capítulos mais sórdidos desse filme B foi a proibição da produtora Brasil Paralelo de publicar um documentário sobre o atentado sofrido por Jair Bolsonaro em 2018, às vésperas da eleição.

Em seu voto, a ministra Cármen Lúcia ponderou que "não se pode permitir a volta de censura sob qualquer argumento no Brasil". Em seguida, emendou: "Medidas como esta, mesmo em fase de liminar, precisam ser tomadas como algo que pode ser um veneno ou um remédio". Apesar de reconhecer a inconstitucionalidade da decisão, permitiu a volta da censura "até o dia 30 de outubro de 2022". A resolução, contudo, permanece em vigor.

O ápice da série de arbitrariedades aconteceu em 8 de janeiro de 2023, quando milhares de brasileiros foram presos, acusados de tentar dar um golpe de Estado. Nenhum portava armas, não havia participação das Forças Armadas ou de grupos políticos. Os crimes cometidos pela grande maioria foi ser contra o presidente eleito e estar na Esplanada dos Ministérios no dia em que o Congresso e outros prédios de órgãos públicos foram invadidos e depredados por grupos de vândalos. Septuagenários, donas de casa, autistas e doentes com câncer em estágio avançado estão entre os "golpistas" altamente perigosos que receberam penas de até 17 anos de cadeia.

## Direitos fundamentais

A contratação de uma empresa para monitorar os cidadãos em tempo real é o mais recente capítulo dessa ópera do absurdo. "Uma sociedade está doente quando a sua suprema Corte de Justiça anuncia que vai contratar uma empresa para lhe contar tudo o que está sendo dito ou escrito a seu respeito pelas pessoas a quem cabe proteger", afirma J.R. Guzzo, **no artigo de capa desta edição**. "Por que isso, se o brasileiro tem o direito constitucional de dar a sua opinião sobre o STF, ou sobre qualquer outra coisa?"

Para Samantha Meyer, pós-doutora em Direito Constitucional, as primeiras perguntas que se deve fazer nesse caso são: um órgão do Judiciário precisa fiscalizar o que está sendo dito sobre ele? Isso é uma atribuição do STF? "O papel do Supremo é julgar, não monitorar", afirma. "Não cabe a ele fiscalizar, que é uma função do Ministério Público."

Segundo o antropólogo Flávio Gordon, colunista de **Oeste**, esse é "mais um passo no caminho em direção à ditadura, à censura e ao controle completo da população". "Buscam mecanismos para se punir qualquer tipo de crítica, sempre ancorados em causas virtuosas: 'combate às *fake news*', 'desinformação'. Na verdade, tudo não passa da defesa de um projeto de poder."

Samantha chama a atenção para o custo da operação, orçada em cerca de R$ 350 mil — dinheiro que, de acordo com a advogada, deveria ser investido no exercício da jurisdição, como na celeridade do Judiciário. "Monitoramento de pessoas é o que acontece na China, um regime totalitário, não numa democracia", afirma. "O Poder Judiciário deve ser imparcial, mas a própria classificação entre o que é positivo, negativo ou neutro já é um juízo de valor."

O título de um artigo publicado no site do STF afirma que o "Supremo cumpre papel de guardião dos direitos fundamentais e humanos". Um desses direitos é — ou deveria ser — a liberdade de expressão.

A contratação de uma empresa para monitorar os cidadãos em tempo real é o mais recente capítulo dessa ópera do absurdo | Foto: Shutterstock

*Feito por @bancahidden*

# Os políticos querem acabar com as delações

Rute Moraes e Silvio Navarro • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

Ronnie Lessa, Orlando Mota Júnior (o Macarrão) e Marcelo Odebrecht | Foto: Montagem Revista Oeste/Reprodução YouTube/Divulgação

## Deputados tentam extinguir os acordos de colaboração, que levaram líderes de facções criminosas e corruptos para a cadeia

Em 2016, uma investigação do Ministério Público de São Paulo e da Polícia Civil prendeu a cúpula da maior facção criminosa do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC). Os promotores usaram um acordo de colaboração premiada de um preso chamado Orlando Mota Júnior, o Macarrão, firmado anos antes, para fechar o cerco contra advogados — integrantes de um grupo conhecido no mundo do crime como "Sintonia dos Gravatas" — no organograma do PCC. Nessa mesma época, o Brasil descobria por meio de confissões o maior esquema de corrupção já organizado na República, formado por um cartel de grandes empreiteiras e políticos, batizado de Petrolão. As delações homologadas pela Justiça levaram centenas de pessoas para a cadeia.

Quase uma década depois, um grupo de parlamentares de diferentes partidos e espectros políticos resolveu se juntar para tentar acabar com esse instrumento de investigação — copiado nos moldes de países como Estados Unidos, Japão, Itália e Inglaterra. O caminho proposto é desengavetar um projeto de lei do ex-deputado Wadih Damous, do PT do Rio de Janeiro. Hoje, ele é secretário dos Direitos do Consumidor do Ministério da Justiça, nomeado pelo ex-ministro e seu amigo Flávio Dino, transferido pelo consórcio de governo para o Supremo Tribunal Federal (STF).

O texto de Damous foi apresentado em 2016 para tentar frear a Lava Jato. Mas foi deixado de lado porque a operação anticorrupção tinha amplo respaldo da sociedade, e o país vivia os dias do *impeachment* de Dilma Rousseff. A ideia de retomá-lo agora remete justamente ao período de revisionismo histórico que o país vive, com as sucessivas decisões do Supremo para apagar a trilha do combate aos crimes de colarinho branco da era petista.

Wadih Damous, durante entrevista em Brasília (16/3/2017) | Foto: Lula Marques/Agência PT

A redação final ainda não foi concluída, mas há pelo menos sete versões. O principal entrave é a extensão da borracha que será passada na história. Por exemplo: não se sabe se as delações seriam extintas de forma retroativa, o que anularia toda a Lava Jato e dezenas de outras operações em décadas passadas, ou se a nova regra valeria somente para o futuro. Mais: quem terá direito a assinar esse tipo de colaboração? Réus, indiciados ou presos provisórios — cautelares — ou em liberdade?

Como Damous está fora do Congresso, quem encabeça a proposta agora é o deputado alagoano Luciano Amaral, do PV, partido que integra a "federação" — antiga coligação — do PT. Ele faz parte da base do governo Lula, mas o pedido de urgência para que o assunto seja votado em breve no plenário foi aprovado em menos de dez minutos, com o aval da oposição. A votação foi simbólica — quando não há registro de votos. Isso significa que, na prática, o plenário pode apreciar o mérito da proposta a qualquer momento, basta que seja pautada pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

O projeto é tratado nos bastidores como uma agenda "sem dono", que atende a políticos de muitos partidos, independentemente do alinhamento com Lula ou Jair Bolsonaro. Ou seja, poderia beneficiar não só quem detém mandato, mas também aliados políticos que já foram citados em delações. Atualmente, um caso que ganhou repercussão foi o do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, cujo verdadeiro teor da delação — remendada cinco vezes — é um mistério.

A avaliação dos deputados interessados é que o texto original de Damous tem alguns trechos problemáticos e precisa ser reescrito. Por exemplo: torna crime a divulgação do conteúdo dos depoimentos colhidos na delação premiada, pendentes ou não de homologação judicial — algo que ocorre corriqueiramente, inclusive com vazamentos do próprio Judiciário para jornalistas. A pena de reclusão seria entre um e quatro anos, além de multa. Mais um ponto: prevê que "nenhuma denúncia poderá ter como fundamento apenas as declarações de agente colaborador" e que as "menções aos nomes das pessoas que não são parte ou investigadas na persecução penal deverão ser protegidas" — outra coisa que ocorre com frequência em manchetes na linha "fulano foi citado em delação tal".

DELAÇÕES PREMIADAS QUE MARCARAM O BRASIL

**Macarrão - Orlando Mota Júnior**
Em 2016, a Operação Ethos prendeu 33 advogados, de um grupo conhecido como Sintonia dos Gravatas, que atuava para o PCC. O ponto de partida foi a delação de Macarrão. A investigação ampliou a condenação do chefe da facção, Marcos Willians Herbas Camacho.

**Paulo Roberto Costa**
O dirigente da Petrobras revelou um dos caminhos do envio de propina desviada da estatal para o exterior e como funcionava a partilha do dinheiro entre os partidos. Os contratos de empreiteiras nos governos do PT eram superfaturados.

**Marcelo Odebrecht**
A delação do empresário e de uma série de executivos da Odebrecht levou a força-tarefa da Lava Jato ao epicentro do Petrolão. Por pouco, a revelação do codinome "Amigo do Amigo de Meu Pai" não bateu à porta do gabinete do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal.

**Ronnie Lessa**
O termo de colaboração do ex-policial Ronnie Lessa encerrou o ruidoso assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018. O crime, ainda à espera de desfecho nos tribunais, teria sido encomendado pelos irmãos Chiquinho Brazão, deputado federal, e Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro.

Arte: Revista Oeste

## Retrocesso no combate à corrupção

Para especialistas ouvidos por **Oeste**, principalmente em casos de crimes de "colarinho branco", o país pode retroceder algumas casas no combate à corrupção. Se aprovado, o PL das Delações não vai beneficiar apenas criminosos do universo político, mas as cúpulas de grandes organizações criminosas, como o PCC. A facção hoje detém uma estrutura de máfia internacional, com negócios que vão desde o narcotráfico e o contrabando de armas até a lavagem de dinheiro por meio de postos de gasolina.

"Com base em delações, conseguimos saber de fatos que teriam sido impossíveis de descobrir sem elas", afirma Rubens Beçak, doutor em Direito e professor da Universidade de São Paulo (USP). "Por exemplo, o que aconteceu na condenação do ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci." Preso, Palocci revelou detalhes do pagamento de propina para o PT — depois abandonou o partido e a vida política.

A delação de Palocci era considerada uma das mais bombásticas da Lava Jato, mas também foi anulada nos tribunais, puxando a fila do que hoje o ministro Dias Toffoli faz semanalmente.

"Com essa série de anulações de delações, inclusive com implicações tremendas, como devolução de dinheiro que tinha sido pago por réus confessos, como Marcelo Odebrecht, há risco de a União ter de indenizar quem confessou com juros e correção monetária", diz Beçak. No caso de Odebrecht, a delação não chegou a ser anulada, mas o ministro apagou tudo o que pesava contra ele.

STF exclui delação de Palocci de ação contra Lula na Lava Jato

Ex-ministro afirmou que o PT recebeu R$ 270,5 milhões para suas campanhas eleitorais de 2002 a 2014

Gabriela Coelho
Da CNN, em Brasília

04/08/2020 às 18:41

Notícia publicada na CNN (4/8/2020) | Foto: Reprodução/CNN

De Odebrecht a Cabral, decisões de Toffoli no STF favoreceram 115 alvos da Lava-Jato em um ano

Despachos do magistrado ampliaram o histórico de derrotas recentes impostas à maior operação de combate à corrupção do país; ministro afirma seguir entendimento colegiado da Segunda Turma da Corte

Por Daniel Gullino — Brasília
18/06/2024 04h30 · Atualizado há um dia

Notícia publicada no jornal O Globo (18/6/2024) | Foto: Reprodução/O Globo

Mesmo que a proposta não acabe com todas as modalidades de delações premiadas, vai dificultar a homologação do instrumento, segundo André Perecmanis, professor de Direito Penal da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC). "Muitos dos réus delatam por que estão presos", observa. "Em liberdade, eles não se sentem pressionados para delatar. Mudando a lei, possivelmente teremos menos delações."

Para Perecmanis, é possível aperfeiçoar a legislação, porque ninguém pode ser preso para forçar a delação. "O grande problema é que o Poder Judiciário, na hora de interpretar e aplicar a lei, acaba se desviando da intenção e da finalidade dela", explica. "O aprimoramento que deve ser feito não está necessariamente na lei, mas na sua aplicação pelo Poder Judiciário."

Ex-juiz da Lava Jato, o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) afirma que o Brasil seguiu o modelo de delações premiadas que vigorava no exterior. "Na Lava Jato, que fez um largo uso das colaborações premiadas e colheu provas importantes de casos graves de corrupção, o primeiro empreiteiro que fez colaboração premiada foi Ricardo Pessoa, dono da UTC Engenharia", conta. "Ele fez em liberdade, sem ser submetido a qualquer restrição."

Pessoa foi o único dono de empreiteira que voltou a trabalhar na época da Lava Jato. Chegou a visitar filiais da empresa pelo país depois de se comprometer com um termo de *compliance* (procedimentos para manter a empresa na linha). Ele foi um dos primeiros a assinar o acordo de delação, porque era tratado como uma espécie de líder do cartel — entregava aos diretores da Petrobras a planilha com as obras preferidas de cada empreiteira.

Sergio Moro, senador pelo Paraná, ex-juiz federal e ex-ministro da Justiça e Segurança Pública | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Segundo Moro, o PL das Delações é inconstitucional. Além de um meio para obter provas, a homologação é um instrumento de defesa do colaborador. "É como se a lei estivesse impedindo de confessar, pois a confissão traz um benefício de atenuante."

O juiz Marcelo Bretas, que examinou processos da Lava Jato no Rio de Janeiro, tem a mesma opinião. Ele segue afastado pelo Conselho Nacional de Justiça da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro pela atuação na operação.

Segundo Bretas, o projeto "restringe o direito à ampla defesa do investigado ou acusado preso, em relação a outros que respondem a procedimento criminal em liberdade". O juiz aposta que, se passar, haverá brecha para anular todas as antigas confissões. "Quem tem a mínima experiência na área jurídica e conhece bem os criativos argumentos 'garantistas', remunerados a peso de ouro, sabe que, provavelmente, a inovação tenderá a ser aplicada indistintamente a todos os casos, mesmo os anteriores à nova lei", diz.

Em resumo: "O projeto em questão não é, necessariamente, uma resposta ao trabalho da Operação Lava Jato. É, sem dúvida, para criar dificuldades ao combate à corrupção no Brasil". Marcelo Bretas tem razão.

*Feito por @bancahidden*

# A vida de luxo do casal Lula e Janja

Rachel Díaz e Thiago Vieira • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

O presidente Lula e a primeira-dama Janja | Foto: Montagem Revista Oeste/Shutterstock/PR

## Apesar do discurso em favor dos pobres, o presidente e sua mulher estão gastando dinheiro público como se fosse deles

Cinco dias depois da posse do marido, Luiz Inácio Lula da Silva, como presidente da República, a primeira-dama Rosângela Lula da Silva, conhecida como Janja, chamou a maior emissora de televisão do país para mostrar o que seria uma falta de conservação do Palácio da Alvorada pelo governo Bolsonaro. "O que a gente percebe é que não teve cuidado, manutenção", denunciou a primeira-dama para a TV Globo. No ar, ela chegou a acusar a gestão anterior de ter "furtado" alguns móveis.

Passados alguns dias, ficou evidente o que Janja pretendia: justificar os gastos exorbitantes que estavam por vir com a compra da nova mobília. A lista do shopping presidencial incluiu:

- Tapete (segundo a Secretaria de Comunicação, a tapeçaria oriental que existia nos palácios não trazia "a brasilidade necessária" ao espaço): R$ 114 mil
- Sofá reclinável comprado sem licitação: R$ 65 mil
- Cama de couro de grão natural: R$ 42 mil
- Mesa: R$ 36 mil
- Três poltronas: R$ 29 mil
- Enxoval completo: R$ 131 mil
- Persianas e cortinas: R$ 202 mil
- Troca do piso da Granja do Torto por um vinílico, "mais macio e confortável": R$ 156 mil

Total de gastos com reformas e compras de móveis: quase R$ 26,8 milhões. Tudo bancado com o dinheiro dos pagadores de impostos.

O novo mobiliário confirmou a frase dita por Lula em 2022, durante a campanha eleitoral: "Gosto de coisa boa, quero comer bem, quero morar bem, quero viver bem". Os móveis que supostamente haviam sido furtados por Jair e Michelle Bolsonaro foram "magicamente" encontrados em uma sala do próprio Palácio do Planalto, no início deste ano.

As mudanças nos imóveis públicos por Lula não são novidade. Em seu primeiro mandato, ele deixou claro que trataria o patrimônio público como privado. Em 2004, sua então mulher, Marisa Letícia, plantou um canteiro de sálvias vermelhas em formato de estrela no jardim do Palácio da Alvorada. O plantio fazia alusão à estrela do Partido dos Trabalhadores (PT), em um jardim tombado pela União.

Na mesma época, a gestão petista fez grandes gastos para reformar os imóveis da Presidência. Em outubro de 2004, por exemplo, o governo gastou R$ 18 milhões só com as obras no Palácio da Alvorada. Lula também investiu na compra de aviões para o transporte do presidente e de suas comitivas. A aeronave da Força Aérea Brasileira foi adquirida por R$ 167 milhões. Em valores atualizados, de acordo com a correção monetária pelo IPCA, o avião custaria R$ 450 milhões.

Marisa Letícia plantou flores no Palácio da Alvorada com o formato do símbolo do Partido dos Trabalhadores | Foto: Lula Marques/Folha Imagem

## O 'líder do proletariado' toma espumante de R$ 1.000

Os gastos do governo Lula 3 para os mesmos fins, no entanto, deveriam surpreender seus eleitores. Afinal, em 2022, quando ainda era pré-candidato, o petista atacou a classe média do Brasil, classificando-a como "escravista".

"A chamada classe média ostenta muito um padrão de vida acima do necessário", declarou Lula. "É uma pena que a gente não nasce e a gente não tem uma aula: o que que é necessário para sobreviver? Tem um limite que pode me contentar como um ser humano. Quero uma casa, quero casar, quero ter um carro, quero ter uma televisão. Não precisa ter uma em cada sala. Uma televisão já tá boa."

Só com o dinheiro do tapete novo de Lula seria possível comprar 57 *smart* TVs ultra HD de 50 polegadas da Philco, orçada em pouco menos de R$ 2 mil cada. Isso, sim, é ostentação.

Em outro discurso, na 112ª Conferência Internacional do Trabalho, na Suíça, Lula fez uma nova performance fantasiado de "líder do proletariado". Criticou bilionários e defendeu a taxação dos "super-ricos". Afirmou que os empresários não querem "ficar no meio dos trabalhadores". O comentário contrapõe as atitudes do presidente. Em agosto de 2023, por exemplo, a Marinha e a Polícia Federal retiraram banhistas de uma praia no Rio Tapajós, em Santarém (PA), para que o petista pudesse nadar na orla de água doce.

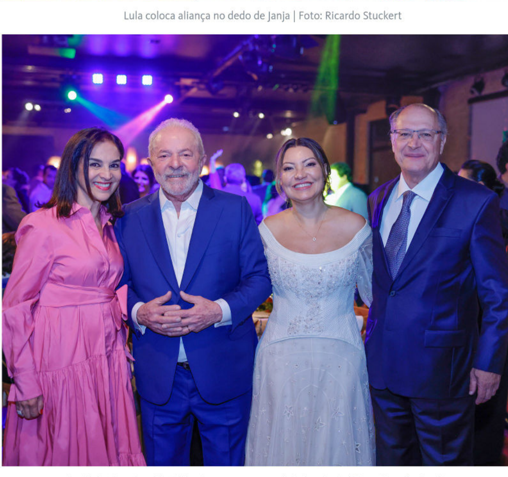
**Márcio da Amazônia**
@MarcioCezarotto

Pai de quem mesmo que mandou desocupar uma praia do Rio Tapajós hoje?
Pra quem não pode aparecer em público há milhares de quilômetros de praias desertas, nada justifica acabar com o final de semana de várias famílias.
É muita arrogância e impopularidade num corpo só...

2:19 PM · Aug 6, 2023

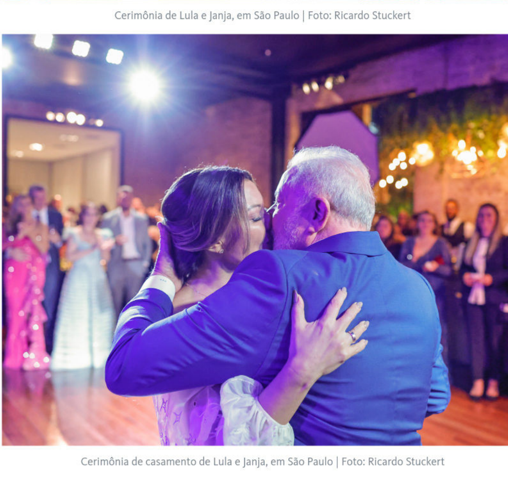
Mesmo defendendo o discurso "proletário" da militância petista, o casal começou a dar os primeiros sinais de ostentação já na cerimônia de casamento, realizada em maio de 2022 num bufê de luxo na Vila Olímpia, bairro nobre da capital paulista. A principal bebida escolhida para animar a festança foi o espumante Cave Geisse Brut.

Lula coloca aliança no dedo de Janja | Foto: Ricardo Stuckert



Lu Alckmin e Geraldo Alckmin no casamento de Lula e Janja | Foto: Ricardo Stuckert

Cerimônia de Lula e Janja, em São Paulo | Foto: Ricardo Stuckert



Cerimônia de casamento de Lula e Janja, em São Paulo | Foto: Ricardo Stuckert

O evento contou com dez ambientes diferentes, decoração luxuosa e a presença de inúmeros artistas. O vestido de casamento de Janja, assinado pela estilista Helô Rocha, foi confeccionado por bordadeiras e divulgado como um "presente" da modista à noiva.

Os vestidos assinados por Helô Rocha podem ultrapassar a marca dos R$ 250 mil. A sandália de Janja custou R$ 1,4 mil. A noite de núpcias dos noivos foi no Grand Mercure Hotel. A suíte, na época, tinha o valor mínimo de R$ 3 mil a diária.

## Eterna lua de mel

Apesar do casamento de Lula e Janja ter ocorrido há dois anos, o casal segue em lua de mel — pelo menos no que diz respeito às viagens. Recentemente, eles comemoraram a semana dos namorados no hotel italiano Borgo Egnazia, um dos mais luxuosos de toda a Europa. As diárias alcançam a cifra de R$ 71 mil, segundo o jornalista Cláudio Humberto.

O requinte não fica apenas no histórico país europeu: durante viagens à Índia, o casal hospedou-se em hotéis que custam até R$ 60 mil por dia. Em outra ocasião, na Espanha, Lula, Janja e sua comitiva gastaram cerca de R$ 500 mil só com o aluguel de carros.

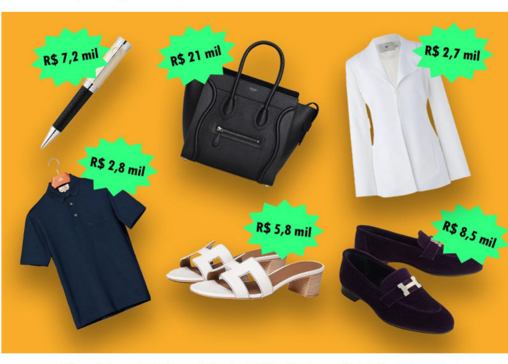
Em vez de optarem por registrar suas experiências com a câmera do celular, como faz a maioria da população, Lula e Janja preferem levar o fotógrafo Ricardo Stuckert a tiracolo em sua volta ao mundo. Em 2023, as hospedagens do profissional custaram quase R$ 100 mil, de acordo com o Portal da Transparência.

Quando reclamou de bilionários, Lula também disse que estes têm que "aprender a viver aqui [*na Terra*]". O presidente não tem seguido seus próprios conselhos. Afinal, ao que parece, nem a reforma milionária no Palácio da Alvorada foi capaz de manter o petista no Brasil. Como noticiou **Oeste**, **ele já percorreu 250 mil quilômetros em visitas a 24 países.**

Apenas em 2023, os luxuosos passeios de Lula somaram 62 dias fora do Brasil, ao custo de R$ 65,9 milhões, segundo o site Poder360. Na maioria das viagens, Janja está junto.

## Lula Fashion Week

Festas extravagantes, móveis e viagens que poderiam figurar em propagandas de agências de turismo não são os únicos itens de consumo em que o casal torra dinheiro público. Roupas de grife completam a lista.



Artigos de luxo adquiridos por Lula e Janja | Foto: Montagem Revista Oeste/Reprodução

O item mais caro do guarda-roupa do casal presidencial é o emblemático relógio dado a Lula pela empresa Cartier durante uma viagem a Paris, em 2005, em seu primeiro mandato. O acessório de ouro branco e safira é avaliado em R$ 60 mil e chegou a ser alvo de críticas ao Tribunal de Contas da União (TCU), visto que Bolsonaro não pôde manter as joias que ganhou de mandatários da Arábia Saudita quando deixou a Presidência.

A legislação brasileira determina que presentes de alto valor recebidos ao longo do mandato, mesmo que sejam itens personalíssimos, precisam ser devolvidos à União. No caso de Lula, o TCU decidiu manter o relógio com o petista e alegou que não podia aplicar a regra de forma retroativa, já que o presidente recebeu o relógio há quase 20 anos.

Em segundo lugar na coleção de luxo do casal está uma bolsa feita de couro de bezerro. O acessório, confeccionado pela grife Celine, foi usado por Janja em viagens aos Estados Unidos e Portugal. A bolsa tem forro de camurça e acabamento de prata. No site brasileiro da Celine, o produto está à venda por R$ 22,6 mil — valor equivalente a 16 meses de salário mínimo.

Na mesma viagem a Portugal, Janja presenteou Lula com uma gravata da Zegna, comprada por 195 euros (ou R$ 1.140). Numa reunião com AD Júnior, a primeira-dama usava uma sandália de couro de bezerro da grife francesa Hermès avaliada em aproximadamente R$ 6 mil.

Os estilistas responsáveis pela marca Neriage, favorita da primeira-dama, acreditam que ela está "dando visibilidade à moda brasileira" e não gostam que sejam criticados os valores de suas peças — que custam entre R$ 2 mil e R$ 5 mil. Em entrevista ao *Valor Econômico* publicada em 2023, o estilista Airon Martins (que desenhou a polêmica camisa de seda de R$ 2,5 mil usada por Janja no *Fantástico*) afirmou que não acredita em um "Brasil a preço de banana".

"O Brasil a preço de banana comigo não tem, não", disse. "Uso a mesma seda nacional utilizada pela Dior e Hermès. É luxo, e isso tem um preço."

Por falar em Hermès, Lula aparenta dividir a paixão pela marca com a mulher. Em um vídeo publicado para promover o Sistema Único de Saúde (SUS), Lula, que é um conhecido paciente do Hospital Sírio-Libanês, usou uma camisa polo da grife. O item é vendido a US$ 530 no site oficial da Hermès — o equivalente a R$ 2,8 mil reais.

Em seu primeiro vídeo como candidato na campanha presidencial de 2022, Lula usou uma camisa da marca brasileira Reserva que custa R$ 399. Para seu casamento e posse, encomendou ternos ao alfaiate Alexandre Won, um dos mais requisitados do Brasil. Embora os preços das peças nunca tenham sido divulgados, estima-se que um costume desenhado por Won tenha valor inicial de quase R$ 16 mil.

O levantamento feito pela reportagem é apenas um recorte do esbanjamento do casal presidencial. O homem que se diz Pai dos Pobres vive como um milionário. E quem paga a conta é você.

Lula e Janja, durante a cerimônia de posse | Foto: Ricardo Stuckert/PR

*Feito por @bancahidden*

# A origem da encrenca

Alexandre Garcia • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de posse de Magda Chambriard na presidência da Petrobras, no Rio de Janeiro (19/6/2024) | Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

## Ao quase dobrar o número de ministérios, Lula aumentou o custo do governo, e até agora não fez cortes no Estado gordo, pesado e lento

Adão e Eva só tinham uma serpente para botar a culpa por comerem o fruto proibido. Lula tem um serpentário, um Butantã. Recrudesceu agora com Campos Neto, que já vem culpando há meses. Até centrais sindicais se mobilizaram em manifestação na Avenida Paulista, diante do prédio do Banco Central, numa manifestação contra os juros e contra Campos Neto, inédita no mundo. O Comitê de Política Monetária (Copom), a despeito de Lula, CUT e outras centrais, manteve a taxa básica Selic em 10,5%, para proteger a moeda e o crédito. A inflação é o pior dos impostos, porque cobra de todos, inclusive dos que não têm aplicações para se proteger, os mais pobres. Após a decisão, Lula chamou Roberto Campos Neto de "esse rapaz". E, mais uma vez, achou outra serpente, o setor financeiro. Nem a oposição consegue criar tanta encrenca para o governo.

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, na abertura do G20 TechSprint, em Brasília (25/4/2024) | Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Um desabafo de Haddad há poucos dias, em São Paulo, deixou a impressão de despedida. Ele queixou-se de que o Brasil *é encrenca*; que é *um país difícil de administrar*. Depois disso, parece uma catarse: "Às vezes, quem está em uma posição de poder não está fazendo a coisa certa pelo país. Isto é a coisa mais triste da vida pública: quem pode fazer a diferença nem sempre está pensando no interesse público. E devia estar, né? Porque está em posição de poder; porque é grande empresário ou político com mandato". A quem estaria o ministro se referindo? Foi num evento do Instituto Conhecimento Liberta. O ministro parecia estar se libertando.

> *Não é a oposição que mais enfraquece o governo; é o próprio chefe de governo*

Enquanto isso, Lula aplicava o mau exemplo de Pilatos. Referindo-se à Medida Provisória do Fim do Mundo, que lhe fora devolvida, lavou as mãos: "A bola está nas mãos do Senado, e na mão [*sic*] dos empresários. O Haddad tentou, não aceitaram. Agora encontrem uma solução". O presidente não pode esquecer que ele é o chefe do Executivo, responsável, portanto, pelo equilíbrio fiscal. Aliás, quem deu o chute inicial nessa bola foi ele mesmo, ao quase dobrar o número de ministérios, aumentando o custo do governo, e até agora não praticou cortes no Estado gordo, pesado e lento. A solução que tem aparecido é tributar a nação, que fez o Estado para servi-la — e não o inverso.

Fernando Haddad, ministro da Fazenda, em Brasília (22/5/2024) | Foto: Lula Marques/Agência Brasil

Com isso, recebeu críticas de um importante contribuinte de campanha, o empresário Rubens Ometto. O presidente da Confederação da Agricultura, João Martins, convidado, respondeu que não quer mais falar com Lula. E o presidente da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), Rodrigo Sousa Costa, anunciou que agora vai elevar o tom porque "um presidente sindicalista não está preocupado com o emprego no Rio Grande do Sul atingido". Queixou-se da morosidade, inércia e pouca efetividade do governo federal, que recebe mais impostos do Estado em relação ao que retribui em serviços e apoio — e ainda tem um ministro lá só para cuidar dos assuntos do Rio Grande. O investimento estrangeiro em bolsa também demonstra desaprovação. Neste ano, foram retirados da B3 R$ 45 bilhões em investimento estrangeiro. Segundo fonte do J.P. Morgan, por estar o governo demonstrando dificuldade em cumprir as metas fiscais.

Sucessivas medidas provisórias têm fracassado, e ainda assim o presidente baixou mais uma que já dá o que falar. A MP beneficia os irmãos Batista, Joesley e Wesley, e foi anunciada pouco dias depois que eles estiveram no Palácio. A MP da desastrosa importação de 1 milhão de toneladas de arroz ainda está vigente; o fiasco não surtiu arrependimento. Não é a oposição que mais enfraquece o governo; é o próprio chefe de governo. Lula só pensa em política; a administração pública precisa de técnicos, especialistas em cada assunto, que sejam ouvidos pelo presidente, e não apenas da intuição do chefe do Executivo. Mas a intuição parece cansada, ou desatualizada, passada no tempo, impaciente e fechada no Alvorada. As lideranças do governo e seus seguidores notam isso. O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães, queixou-se da falta de comando. Já têm vindo à tona queixas entre ministros e de parlamentares aliados. O problema é que isso causa encrenca para o país inteiro. E a origem da encrenca está no topo do governo.

# Um Banco Central lulista?

Rodrigo Constantino • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, e Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República | Foto: Montagem Revista Oeste/Marcos Oliveira/Marcelo Chello

## Lula quer uma licença para gastar como se não houvesse amanhã, quebrando o termômetro do mercado

Na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) para decidir a nova taxa Selic, e num momento em que analistas do mercado preveem que os juros vão parar de cair, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva atacou nesta semana o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Lula afirmou que o comportamento da instituição é a única coisa "desajustada" na economia do país. E comparou Campos Neto ao ex-juiz e hoje senador Sergio Moro (União-PR), que foi o responsável por condená-lo na Lava Jato. Segundo o petista, Campos Neto tem "lado político" e não demonstra "capacidade de autonomia".

É justamente o oposto: a gestão do Banco Central talvez seja a única coisa ajustada na economia brasileira hoje. Lula quer uma licença para gastar como se não houvesse amanhã, quebrando o termômetro do mercado. Para lulistas, a febre não é um sintoma de algo errado com o organismo, mas apenas algo que deve ser escondido por meio de um termômetro manipulado. Lula considera o mercado um "dinossauro voraz" sem "sentimentos", e quer trocá-lo pelo vago conceito de "justiça social". O Banco Central independente é uma pedra nesse caminho populista.

Roberto Campos Neto, atual presidente do Banco Central, indicado pelo ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro | Foto: Lula Marques/Agência Brasil

A estabilidade da moeda é uma das grandes conquistas dos países mais avançados, lembrando que historicamente o que tivemos foi o abuso do mecanismo da inflação por autoridades. Por outro lado, a desvalorização da moeda sempre esteve ligada a crises políticas graves, bastando pensar na República de Weimar antes de Hitler subir ao poder e na Venezuela atual, além da Argentina antes de Javier Milei chegar ao poder.

Historicamente, o próprio mercado, ou seja, os indivíduos praticando trocas voluntárias, escolheu moedas "sólidas", como metais preciosos. Com o tempo, surgiu a demanda por um padrão, por moedas mais hegemônicas, e assim nasceram as moedas fiduciárias, mas sempre com lastro em ouro ou prata. A tentação, porém, para "desvalorizar" essa moeda por parte dos governos era quase irresistível, já que eles poderiam se apropriar de forma mais velada da riqueza alheia, uma espécie de imposto disfarçado.

Vários foram os momentos em que governos adotaram deliberadamente políticas inflacionárias para expandir gastos. "Inflação é o complemento fiscal do estatismo e do governo arbitrário", disse o austríaco Ludwig von Mises. O controle parlamentar das finanças públicas funciona somente se o governo não puder apelar para gastos não autorizados através do aumento da circulação de papel-moeda. A política inflacionária costuma ser bastante popular, em grande parte pela compreensão inadequada de seus efeitos. Aqueles que demandam tal política estão sempre focando apenas um lado da equação — o seu próprio. O que eles desejam é um aumento nos preços daquelas *commodities* e dos serviços que eles vendem, enquanto gostariam de ver os demais preços inalterados.

Ludwig von Mises foi um economista da Escola Austríaca, historiador e sociólogo | Foto: Ludwig von Mises Institute/Wikimedia Commons

Os ingênuos encaram a emissão de moeda pelo governo como uma espécie de milagre econômico. O *fiat money* é como se fosse um *fiat lux!* O governo cria algo *ex nihilo*, num estalo de dedos. O lastro para esse dinheiro não precisa ser mais do que o *toner* das impressoras do Tesouro. Um papel emitido pelo governo assume automaticamente o poder de ser trocado por qualquer mercadoria desejada. É a alquimia finalmente alcançada. Mises ironiza: como parece tímida a arte das bruxas se comparada com aquela do Departamento do Tesouro!

O poder da impressão de dinheiro artificial nas mãos do governo sempre foi um enorme risco para a liberdade e prosperidade dos povos. Esse poder foi utilizado de forma abusiva desde quando o imperador romano Diocleciano resolveu reduzir o teor metálico das moedas, fazendo com que perdessem valor real. Em situações mais emergenciais, essa prerrogativa sempre costuma ser usada pelos governos. Em tempos de uma suposta ameaça de guerra ou crise econômica, os governantes acreditam na necessidade urgente de aumento dos gastos públicos, mas muitas vezes a maioria do povo não concorda. O governo então ignora a saída democrática de propor uma votação sobre os necessários sacrifícios momentâneos, preferindo o caminho do engano, através da política inflacionária.

Antigas moedas romanas sofreram redução do teor metálico, perdendo valor real | Foto: Bukhta Yurii/Shutterstock

Não há transparência sobre os custos reais das medidas, e o governo se aproveita da ignorância das massas. O recurso inflacionário garante ao governo os fundos que ele não conseguiria captar através dos impostos diretos ou por emissão de dívida. Eis o verdadeiro motivo para uma política inflacionária. Seus defensores são inimigos do "dinheiro sólido" e, concomitantemente, da liberdade individual. Eles querem expropriar a riqueza alheia tal como piratas.

A política monetária é o instrumento que um banco central tem para conter a expansão creditícia que produz inflação. Quando leigos no assunto olham apenas o efeito imediato e criticam decisões de aumento de juros, podemos dar um desconto. Mas, quando economistas e empresários caem na mesma falácia da miopia, levantando a falsa dicotomia de mais inflação e mais crescimento, aí temos muito o que temer. Afinal, a estabilidade dos preços e a maior previsibilidade advinda dela são fundamentais para o crescimento sustentável da economia. Essa confiança é o pilar que sustenta o crescimento no longo prazo, favorecendo o crédito e, acima de tudo, os investimentos produtivos. Eis os pilares que muitos querem derrubar, pedindo menor controle inflacionário para ter mais crescimento imediato.

> *O PT ataca Campos Neto desde o primeiro dia, como bode expiatório para os males econômicos produzidos pelo desgoverno lulista*

Muitos preferem usar a taxa de juros como bode expiatório para nossos males, em vez de focar o cerne da questão. O dilema é entre um crescimento sustentável ou um voo de galinha. Para seguir pelo primeiro caminho, faz-se necessário um rígido controle da inflação, através de uma meta baixa a ser obtida por meio de um banco central independente. É a fórmula de todo país desenvolvido. A taxa de juros mais baixa será resultado de um governo responsável, que gasta menos do que arrecada e não atrapalha tanto a iniciativa privada. Ou seguimos essa trajetória racional, ou ficaremos sempre reféns das maluquices de economistas que acham que riqueza se cria por decreto estatal.

Presidente Lula atacou Roberto Campos Neto e políticas do Banco Central durante uma entrevista à rádio CBN | Foto: Reprodução/Rádio CBN

Essa mentalidade é justamente aquela vigente em Lula e seus vassalos. Por isso o presidente e seu PT demonizam Campos Neto desde o primeiro dia, como se o presidente do Banco Central fosse um "inimigo do país" ou dos pobres. No fundo é o contrário: não fosse a independência do Banco Central aprovada pelo governo Bolsonaro, já teríamos um dólar acima de R$ 6 e uma inflação galopante. Com as falas desastradas de Lula, o nervosismo tomou conta do mercado novamente, com razão. Estranho mesmo foi tanto economista de mercado cair na falácia do Lula responsável.

Cada vez mais gente que fez o "L" para "salvar a democracia" percebe a furada em que se meteu. O PT ataca Campos Neto desde o primeiro dia, como bode expiatório para os males econômicos produzidos pelo desgoverno lulista. O presidente conta os dias para a saída de Campos Neto do comando do Banco Central, para colocar lá uma espécie de Fernando Haddad ou coisa pior, como Guido Mantega ou Aloizio Mercadante. Lula precisa de um poste sem luz própria para obedecer a seus desejos, ou um "desenvolvimentista" alinhado ao seu mapa de voo demagógico. A consequência disso todo mundo sabe qual será: a desgraça econômica. Esperar algo diferente é pura insanidade…

*Feito por @bancahidden*

# Aniversário com o adversário

Guilherme Fiuza • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Foto: Montagem Revista Oeste/Shutterstock

## A moeda que atravessou três décadas sem sucumbir às múltiplas intempéries agora tem um alvo nas costas

Quis o destino que no aniversário de 30 anos do Plano Real — ou mais precisamente 13 dias antes — o legado da estabilidade monetária sofresse um atentado. Um atentado político. E a ironia desse destino: os autores do Plano são cúmplices do atentado.

O que aconteceu nos 30 anos do Real foi um bombardeio contra o guardião da moeda, 13 dias antes do aniversário dela. O autor dos disparos alcançou a posição de tiro com o número 13. E os autores da estabilização dessa moeda apertaram o 13.

A maioria deles o fez ostensivamente. Os que não foram ostensivos foram silenciosos sobre a verdade inconteste: a defesa efetiva da moeda estava, justamente, no adversário do 13. Todos eles sabiam disso. A não ser que suas mentes brilhantes tivessem prazo de validade (30 anos?). Silenciosa ou ostensivamente, deixaram de alertar o público para o óbvio: o 13 era o número de azar do real.

Os autores da estabilização da moeda apertaram o 13 | Foto: Shutterstock

Treze dias antes do 30º aniversário, o mandatário do 13 atirou contra a autoridade monetária. Exatamente na véspera da decisão sobre a taxa de juros — uma das principais salvaguardas da moeda —, o presidente do Banco Central foi alvo dos petardos do presidente da República e de seu partido. Foi acusado pelos franco-atiradores de tramar contra o Brasil. E os autores do Real?

Vão bem, obrigado.

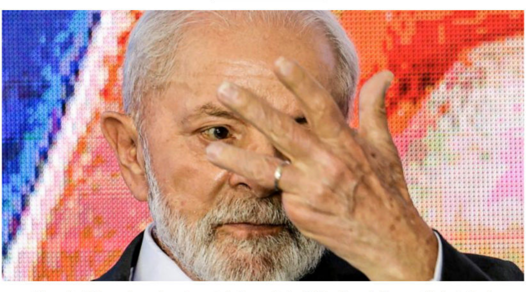
Já a moeda que eles criaram, que atravessou três décadas sem sucumbir às múltiplas intempéries, agora tem um alvo nas costas. Vamos ver a quantos balaços o edifício da responsabilidade fiscal e monetária vai resistir — especialmente após a troca de guarda que está para acontecer. Dessa vez ficou de pé. Mas a proteção política, intelectual e moral ao real… já era. Parabéns pra vocês.

# Uma gestão pífia

Adalberto Piotto • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden



Obsessão lulista: reclamar da autonomia do Banco Central | Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

## Envolto em um governo que não consegue sair do atoleiro fiscal em que se meteu, Lula voltou a atacar Roberto Campos Neto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já não esconde de ninguém que não suporta nada em que não possa intervir. Longe do princípio republicano de preservar e garantir a supremacia do interesse público e a autonomia das instituições, o presidente parece viver sob a crença pretensiosa de se achar o ungido dos céus enviado ao Brasil, a quem tudo seria permitido. Não é, sabemos. Mas a evidência da ingerência política palaciana está nas digitais de Lula na composição da direção da Petrobras e do BNDES desde 2023, para citar apenas dois exemplos, num retrocesso da Lei das Estatais. Mas o caso atual é ainda mais estridente, quase uma obsessão lulista: reclamar contra a autonomia do Banco Central que, ao contrário do que quer Lula, é uma conquista republicana e de segurança institucional do país na condução da política monetária para preservar o valor da moeda brasileira e assegurar o controle da inflação, tão arduamente conquistados pela genialidade das equipes econômicas de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. O Plano Real, que venceu a hiperinflação e devolveu o país à civilidade da estabilidade econômica, teve voto contra do PT. O eleitor não perdoou, e Lula perdeu duas eleições seguidas já no primeiro turno, um tranco na sua vaidade.

Talvez por isso tudo o que seja avanço definitivo e preserve a autonomia do país em relação ao *modus operandi* do PT, autor da maior recessão da nossa história, em 2015 e 2016, ofenda a megalomania autoritária do presidente. Desde o começo do mandato, ao perceber que sua visão atrasada e de ingerência política mesquinha teria limites em algumas instituições, Lula tem sido incapaz de se referir ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, com o devido e mínimo respeito de apenas lhe chamar pelo nome. E olha que bastavam apenas os limites da liturgia do cargo presidencial para que a educação prevalecesse.

Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central, sofreu ataques de Lula pela manutenção da taxa Selic | Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Envolto em um governo que não consegue sair do atoleiro fiscal em que se meteu, como consequência de ideias ruins próprias e de assessores diretos que oscilam entre a omissão e a incompetência, Lula voltou a atacar Campos Neto. A taxa Selic em 10,5% ao ano, consequência de uma decisão técnica sobre os fatos e que não sucumbe ao humor presidencial, é o pano de fundo para tentar criar um bode expiatório para um presidente que não sabe o que fazer na cadeira presidencial porque não sai do papel de candidato eterno. E não se governa em cima de palanque.

Semanas atrás, escrevi aqui na Revista **Oeste** o artigo **"Eles já não sabem o que fazem"**. À época, era apenas uma análise econômica de forma e conteúdo do atual governo. O cenário se deteriorou muito de lá para cá. O caos fiscal piorou, a percepção de que o governo está perdido se espraiou, sendo já registrada nas pesquisas de opinião, e, logo na segunda semana de junho, antes de completar um ano e meio de governo, um revés político que ainda não tinha experimentado aumentou o desespero do atual ocupante do Palácio do Planalto: o senador e presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, praticamente um governista, não resistiu ao absurdo que recebera do governo e devolveu a Medida Provisória da Compensação. Tão ruim era a proposta que ganhou o apelido de "MP do Fim do Mundo" porque gerava enorme insegurança jurídica e mudava as regras do PIS e Cofins, enfim, uma tentativa sorrateira de fazer o setor privado pagar na marra o rombo das contas públicas de Lula 3.

O Frankenstein tributário criado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, era monstruoso o suficiente para fazer receita a qualquer custo, asfixiando o setor produtivo, e feio demais na forma, visto que não fora negociado com os parlamentares. Além do que, MP tem força de lei e passa a valer na data de sua publicação. Ainda pior, a medida provisória afrontava o princípio constitucional da noventena, que garante 90 dias de prazo para mudanças na legislação de tributos. Mas a afronta não parou por aí, foi também ao Congresso que já tinha rejeitado a reoneração da folha de pagamentos. A repercussão foi desastrosa para o governo. Diante da confissão de inabilidade técnica e política, aliados no Parlamento e no mundo empresarial não pouparam duras críticas públicas.

Fernando Haddad, atual ministro da Fazenda, cria um Frankenstein tributário, visto como uma tentativa desesperada de aumentar a receita | Foto: Lula Marques/Agência Brasil

O governo sentiu a queda, e o ego de Lula não suportou. Precisaria encontrar novamente alguém a quem culpar pelos próprios erros e resultados de sua gestão temerária que tem causado estragos na moeda, nos juros futuros, na inflação, na bolsa e nos investimentos. O presidente e criador do lulopetismo-raiz, lembre-se, nunca assume a culpa de nada. Então, o que mais lhe estaria à mão que atendesse não apenas à sua mania de superioridade como também pudesse mobilizar mais alguns gatos pingados fiéis que compartilhariam de sua megalomania de poder a qualquer custo, defendendo ideias antiquadas que atrasam o país? Criticar os juros e o Banco Central foi a "genialidade" escolhida.

Na sequência, o "Lula raivoso", que tem deixado aliados moderados inexplicavelmente surpresos, voltou novamente a sua verborragia inconsequente contra o presidente Roberto Campos Neto, que preside a instituição e também a reunião do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central. E nada como um dia depois do outro. Na última reunião do comitê, nesta semana, depois das falas temerárias de Lula, o Copom decidiu pela manutenção da taxa básica dos juros em 10,5% ao ano. E por unanimidade, o que significa dizer que até os quatro diretores indicados por Lula votaram para manter os juros, interrompendo o movimento de corte, uma decisão técnica que rejeitou a pressão política palaciana porque todos os diretores têm mandato garantido pela lei da autonomia do BC. A taxa básica de juros é uma das principais ferramentas para controlar a inflação, cuja meta é estabelecida — olha que coisa! — por três pessoas: os ministros Haddad e Tebet, do primeiro escalão do governo federal, e por Campos Neto. Não que Lula não tenha pensado em aumentar a meta de inflação para tentar artificialmente reduzir os juros, tendo dois votos no Conselho Monetário Nacional. Pensou, mas foi contido pelos raros sensatos ao seu redor.

Como nada melhorou sob seu comando, era preciso culpar alguém. Daí, com a ideia de confundir para tentar ganhar apoio, Lula reclamou, em entrevista à Rádio CBN, de uma homenagem que o presidente do Banco Central havia recebido, pouco tempo antes, da Assembleia Legislativa de São Paulo. A homenagem pública, transmitida ao vivo e acompanhada pela imprensa, foi seguida de um jantar que foi oferecido pelo governador Tarcísio de Freitas, na sede do governo paulista. Roberto Campos Neto tem empilhado prêmios no exterior pela gestão à frente do Bacen. Por que não receber reconhecimento interno com a mais alta condecoração da Alesp?

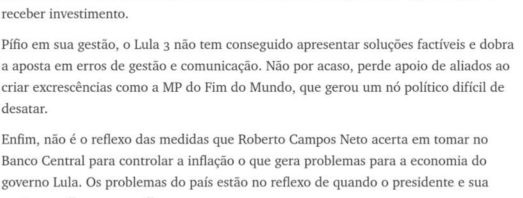
Campos Neto recebeu o prêmio "Banco Central do Ano", em Londres | Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

O sucesso alheio deve incomodar Lula. Mas neste caso há algo muito além da tecnicidade premiada das decisões de Campos Neto. Tarcísio de Freitas é nome em ascensão na política, bem avaliado na sua gestão à frente do governo de São Paulo, e é ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro, de quem foi um dos ministros de maior sucesso. Tarcísio e Bolsonaro não são o empecilho para melhorar as contas do governo Lula e de seus 39 ministros. O governador de São Paulo e o ex-presidente representam hoje a antítese de Lula, com gestões administrativa e fiscal bem-sucedidas, popularidade em alta e potencial eleitoral muito grande nas eleições municipais deste ano e no pleito de 2026.

> *Numa desabalada carreira solo, o governo apostou em forte aumento de gastos e no inchaço da máquina pública*

Lula tem fome de poder. É só isso. Note que sua fixação com as eleições é tão grande que ele não se conteve na contradição de perguntar aos entrevistadores, numa ilação inconsequente porque sem provas, a quem "esse rapaz", referindo-se ao presidente do Banco Central sem chamá-lo pelo nome, seria "submetido", no sentido de subordinado a interesses de outros. Estranha a pergunta para quem, como o presidente Lula, indicou seu advogado pessoal para o Supremo Tribunal Federal. Aliás, o mesmo ministro que atendeu ao governo, em decisão monocrática, ao reonerar a folha de pagamentos, indo contra a segurança jurídica da Constituição e a decisão do Congresso. E, sim — nunca é demais rememorar —, Lula frequenta jantares em casas de ministros do Supremo.

No início de seu governo, ainda em 2023, Lula já havia feito Campos Neto como seu alvo, o que fez, inclusive, atrasar a queda da Selic logo nas primeiras reuniões do Copom no ano passado, encaminhada que já estava pelos bons resultados fiscais de austeridade como política de Estado, de Temer a Bolsonaro. E de crescimento econômico interno, com o Brasil atraindo investimentos privados locais e externos. Mas as críticas presidenciais descoladas do bom momento institucional e econômico do país, herdado do governo anterior, trouxeram o temor da volta de ingerência política no Banco Central e a revogação da lei da autonomia da instituição, o que só não aconteceu porque a ideia foi prontamente rechaçada pelos presidentes Lira e Pacheco, das duas Casas do Congresso.



Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, e Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, no Palácio do Planalto, em Brasília | Foto: Ricardo Stuckert

Mas o barulho contido de um lado, no que dependia do Legislativo, não foi suficiente. Numa desabalada carreira solo, o governo apostou em forte aumento de gastos e no inchaço da máquina pública. Com isso veio o descontrole fiscal, que parece longe de solução diante da pouca aderência de Lula aos tímidos apelos por um mínimo de austeridade de sua própria equipe econômica. A mesma equipe que vive as agruras de ter liderado o fim da Lei do Teto de Gastos e criado um arcabouço fiscal em franco descrédito.

Isso tudo tem gerado um quadro de insolvência fiscal que só aumenta com o atual governo, como já lembrado nesta coluna, produzindo um rombo de proporções pandêmicas sem pandemia. Seria impensável tal temeridade não fosse conhecida e reafirmada a insensatez do inequívoco estilo perdulário de governar de Lula. Se o governo petista fosse capaz de fazer bem sua lição de casa, nem as eventuais instabilidades da economia internacional — que não controlamos e que hoje são muito menores que o caos da covid-19 e o início da guerra na Ucrânia — seriam um problema. Por erros internos, o Brasil sai do mapa de soluções e de lugares aptos a receber investimento.

Pífio em sua gestão, o Lula 3 não tem conseguido apresentar soluções factíveis e dobra a aposta em erros de gestão e comunicação. Não por acaso, perde apoio de aliados ao criar excrescências como a MP do Fim do Mundo, que gerou um nó político difícil de desatar.

Enfim, não é o reflexo das medidas que Roberto Campos Neto acerta em tomar no Banco Central para controlar a inflação o que gera problemas para a economia do governo Lula. Os problemas do país estão no reflexo de quando o presidente e sua equipe se olham no espelho.

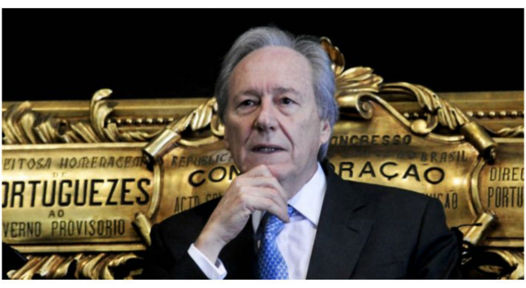
*Feito por @bancahidden*

# Garantismo venal

Roberto Motta • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden



Ricardo Lewandowski, ministro da Justiça e Segurança Pública | Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

## Um dos maiores instrumentos do 'desencarceramento' — a política oficial e não oficial de soltar o máximo possível de criminosos presos — é a 'audiência de custódia'

"*Como se chama alguém que sempre ganhou a vida como garantista penal, mas se cala diante de repetidos abusos jurídicos estatais? Resposta: garantista venal.*"

Durante anos ouvimos os tortuosos discursos dos garantistas penais. Eles repetiam que "o Brasil prende demais", que "prisões são inúteis porque não ressocializam o criminoso", ou que as prisões brasileiras são "medievais" e por isso ninguém deveria ser colocado nelas — nem os criminosos mais perversos.

Os garantistas criaram e defenderam todo tipo de "direito", benefício e instrumento de suavização e redução de penas, como "saidinhas", progressão de regime, visitas íntimas e remição de pena por leitura. Há pouco tempo foi criada, através de uma decisão judicial, a inacreditável *remição de pena por amamentação*.

Um dos maiores instrumentos do "desencarceramento" — a política oficial e não oficial de soltar o máximo possível de criminosos presos — é a "audiência de custódia", um procedimento que precisa acontecer em 24 horas e cuja única finalidade é verificar o bem-estar do criminoso e procurar uma justificativa para soltá-lo. Ela foi criada por uma resolução (uma canetada) do Conselho Nacional de Justiça e depois transformada em lei pelo "pacote anticrime" — aquele que foi transformado quase em um pacote *pró-crime* através da militância dos garantistas. **O atual ministro da Justiça comemorou** o fato de que, desde que foi criada, a tal "audiência" já soltou mais de meio milhão de criminosos que haviam sido presos em flagrante pela polícia (o que resulta em uma média de soltura entre 40% e 50% de todos os criminosos que passaram pela audiência).

Ministros Alexandre de Moraes e Enrique Ricardo Lewandowski | Foto: Palácio do Planalto/Wikimedia Commons

Os garantistas continuam mais ativos do que nunca. Eles atuam isoladamente, formam "movimentos" com nomes descolados e participam de ONGs fofíssimas (muitas delas financiadas com doações vindas do exterior, principalmente da Open Society Foundations, do bilionário George Soros). Eles contam com o apoio permanente de entidades classistas, como a OAB, e, inacreditavelmente, de instituições do próprio Estado.

Uma das ocupações atuais dos garantistas é fazer guerra contra Tarcísio de Freitas, um governador que resolveu encarar de forma realista e responsável o combate ao crime no seu Estado. Os garantistas também tentam anular, de todas as formas possíveis — legais e ilegais —, a lei, aprovada pelo Congresso Nacional, que determinou o fim das "saidinhas". Como sempre, os garantistas contam, nessas e em outras missões, com o apoio — ideológico, equivocado ou comprado — de 95% da mídia.

> *Onde estão os garantistas penais diante das prisões dos manifestantes de 8 de janeiro de 2023?*

Muita gente, há muito tempo, denuncia esse "garantismo penal" como sendo uma combinação de ativismo ideológico com interesses profissionais: trabalha-se pela "revolução" e ganha-se muito dinheiro defendendo criminosos, enquanto o país mergulha cada vez mais no abismo do crime. O garantismo à brasileira nada tem a ver com preocupação legítima com os direitos dos criminosos presos, e sim com as oportunidades e privilégios disponíveis aos que abraçam essa bandeira. Por isso, o garantismo é cego aos direitos das vítimas e à guerra civil na qual o Brasil mergulhou há mais de três décadas e que, só entre os anos de 2003 e 2018 — quando o PT esteve no poder —, **produziu 875 mil assassinatos**.

O fundamento do "garantismo" é a hipocrisia. Nunca isso foi tão evidente. Para constatar basta perguntar: onde estão os garantistas penais diante das prisões dos manifestantes de 8 de janeiro de 2023?

Eles sumiram.

Os garantistas sempre defenderam que não se deve prender assaltantes, estupradores e assassinos, inclusive pais que matam filhos e filhos que matam pais. Se não se pode prender esses criminosos, como pode ser aceitável prender manifestantes?

O cenário não muda nem mesmo se admitirmos que esses manifestantes são culpados do mais grave dos crimes que lhes foi imputado: a participação em uma implausível tentativa de golpe de Estado. Os garantistas precisam responder: o garantismo penal não se aplica no caso do criminoso culpado de golpe de Estado? Ou, perguntando de outra forma: participar de uma tentativa de golpe de Estado é mais grave do que jogar a própria filha pela janela do apartamento (caso Isabella Nardoni), ou violentar e torturar uma jovem indefesa durante dias, depois matá-la através de degola e golpes de facão na cabeça (caso Liana Friedenbach)?

Onde estão as vozes dos garantistas que sempre protestam contra o "encarceramento em massa" do Brasil — coisa que nunca existiu, porque 92% dos homicídios e 98% dos assaltos nunca são esclarecidos? Onde estão essas vozes quando acontece a prisão em massa de manifestantes, inclusive pessoas de idade com comorbidades?

Manifestantes invadem predios publicos na praca dos Tres Poderes, na foto uma manifestante se ajoelha na frente da cavalaria montada da policia militar proximo predio do Tribunal Superior Federal | Foto: Joédson Alves/Agência Brasil/Arquivo

O pensamento garantista domina todo o sistema de Justiça Criminal brasileiro. Se existisse qualquer vestígio de sinceridade nele, *nenhum manifestante do 8 de janeiro teria sido preso*.

Não custa lembrar que inúmeras manifestações violentas já aconteceram no Brasil, 100% delas organizadas por partidos da extrema esquerda, *e nenhuma delas recebeu o tipo de resposta "punitivista" (o adjetivo é dos garantistas) dado ao 8 de janeiro*. Na semana passada testemunhamos dois casos: a invasão da Alesp por "estudantes" protestando contra as escolas cívico-militares e a invasão da Assembleia Legislativa do Paraná por baderneiros contrários à gestão terceirizada de escolas.

Manifestantes do 8 de janeiro foram, inclusive, condenados a pagar uma indenização milionária ao Estado pelas instalações depredadas, e por isso tiveram suas contas bancárias congeladas e seu patrimônio pessoal apreendido. Não me lembro, jamais, de ter visto traficantes sendo cobrados pela destruição que seus tiros de fuzil provocaram em viaturas policiais, nos helicópteros do Estado ou mesmo no corpo dos agentes da polícia.

Meu livro *A Construção da Maldade* homenageia Alexsandro Fávaro, soldado da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Alex foi baleado no pescoço durante um tiroteio entre policiais e traficantes no Morro do Fogueteiro, no Rio Comprido, em 2011. O ferimento deixou Alex tetraplégico, preso a uma cadeira de rodas e precisando de ajuda para tudo. Ele morreu no ano passado, de uma complicação do seu estado. Nenhuma conta bancária de traficantes, ou de seus financiadores, foi congelada para pagar o tratamento de Alexsandro.

Alexsandro Fávaro ficou tetraplégico depois de ter sido baleado no pescoço durante um tiroteio entre policiais e traficantes | Foto: Divulgação

Onde estavam os garantistas penais no velório de Alexsandro Fávaro? Onde estão eles agora, quando centenas de cidadãos brasileiros, sem qualquer histórico criminal, são condenados a penas severas apenas por pedir mudança de regime, ainda que de forma inapropriada?

Minha pergunta ficará sem resposta. Afundados até o pescoço em vergonha, hipocrisia, ideologia e incentivos comerciais, os garantistas brasileiros se descobrem nus e se escondem.

É fácil entender como a combinação de Marx, Ferrajoli, Paulo Freire e uma conta bancária recheada levam alguém a sustentar posições tão hipócritas.

Difícil é compreender como essas pessoas se olham no espelho, encaram seus filhos e dormem à noite.

*Feito por @bancahidden*

# ‘Alexandre de Moraes comete arbitrariedades todos os dias’

Cristyan Costa • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

Gabriela Ritter, advogada e presidente da Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro (Asfav) | Foto: Divulgação

## A presidente da Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro critica as duras condenações dos presos nas manifestações de 2023 e pretende continuar denunciando os casos no exterior

“Nosso objetivo é dar voz às famílias e às pessoas que foram silenciadas, e que não podem opinar sobre o que aconteceu naquele dia”, resumiu a advogada Gabriela Ritter, que dirige a Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro (Asfav). Gaúcha de Santa Rosa, ela também é filha de um dos presos na manifestação. Seu pai, o mecânico Miguel Ritter, de 61 anos, foi condenado a passar os próximos 14 de sua vida atrás das grades, por “golpe de Estado”, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e outros três crimes estabelecidos por nove ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Atualmente, a associação cuida de cerca de 50 famílias. Um dos braços da entidade é amparar financeiramente essas pessoas com recursos oriundos de doações. Outro meio de assistir a toda essa gente é produzir relatórios sobre os abusos e violações cometidos contra os presos e denunciar em países onde há democracia de fato.

Segundo Gabriela, é importante que outras nações tomem conhecimento do que está acontecendo no Brasil. Por isso, uma caravana composta de advogados integrantes da Asfav já esteve nos Estados Unidos e na Argentina. “Sabemos que o ministro Alexandre comete arbitrariedades todos os dias”, constatou. “Então, para cada nova situação que vai aparecendo, precisamos de um remédio diferente. Não sei se todas as solturas e prisões domiciliares que testemunhamos são resultado direto da nossa atuação, mas sei que, uma hora, a corda vai romper, e não devemos desistir nunca.”

Gabriela Ritter, advogada e presidente da Asfav | Foto: Myke Sena/Câmara dos Deputados

A seguir, os principais trechos da entrevista.

### Como surgiu a Associação dos Familiares e Vítimas do 8 de Janeiro?

Depois das primeiras prisões, fizemos um protesto em frente ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Brasília, em 11 de abril. Ali, conheci o doutor Ezequiel Silveira, que sugeriu criarmos uma associação. Inicialmente, fiquei com receio, mas depois entendi que seria bom para fortalecer a causa e dar voz aos silenciados. Por isso, no dia 28 daquele mês, surgiu a Asfav, com CNPJ e toda a documentação regularizada. Passamos a conversar com as famílias de outros manifestantes detidos para montar a nossa diretoria. Dessa forma, conseguimos criar uma equipe bem diversa e que se mantém até agora, com psicólogos, terapeutas, médicos e advogados. Há bastante gente unida.

### Como é o dia a dia da associação?

Trabalhamos 24 horas envolvidos na causa dos presos do 8 de janeiro. Além de cuidar das famílias, nossa atividade abrange a produção de conteúdo. Isso porque escrevemos relatórios sobre a situação dos manifestantes na cadeia, redigimos documentos que tratam do desrespeito aos direitos, fazemos tradução para outros idiomas e enviamos ofícios a instituições, como o STF, a Procuradoria-Geral da República, a Polícia Federal e organismos voltados aos direitos humanos. Resumidamente, é um trabalho de várias frentes, que vai da assistência à parte documental e ao lado combativo. Temos enfrentado o que está acontecendo. Sabemos que o ministro Alexandre comete arbitrariedades todos os dias. Então, para cada nova situação que vai aparecendo, precisamos de um novo remédio.

Corredor do presídio da Papuda, no Distrito Federal | Foto: Gláucio Dettmar/Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

### Como a Asfav ajuda as famílias?

Atualmente, atendemos a cerca de 50 famílias, e temos critérios para ajudá-las. Aquelas com crianças e idosos, por exemplo, recebem um pouco mais de dinheiro. E tudo isso ocorre de forma organizada. Cada depósito é previamente aprovado pela nossa tesouraria, e eu mesma faço os pagamentos por meio da conta da associação. Os recursos que temos são oriundos de doações das famílias envolvidas e de gente que apoia a causa da Asfav. Não há instituições, empresas ou políticos nos financiando. É tudo iniciativa de pessoas físicas que contribuem com valores diversos. Em paralelo a essas doações, cobramos também uma mensalidade facultativa dos nossos integrantes, de R$ 10, para ajudar no funcionamento da associação e na ajuda a quem precisa.

### Vocês já estiveram no Congresso dos Estados Unidos e no Parlamento da Argentina. Como isso aconteceu?

Depois de audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado, nas quais denunciamos incansavelmente a situação dos presos, protocolamos cem denúncias individuais na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e cumprimos uma agenda em várias cidades dos Estados Unidos. Foi aí que vimos a importância de denunciar os abusos no estrangeiro. Posteriormente, também fomos recebidos pelo deputado republicano Chris Smith. Inclusive, entregamos a ele um relatório repleto de violações sobre o protesto. Depois, os advogados doutor Ezequiel e Carolina Siebra partiram para Buenos Aires, na Argentina, a convite da deputada María Celeste Ponte, e relataram no Parlamento as arbitrariedades no Brasil: violações de direitos fundamentais e humanos. Foram duas oportunidades muito boas para a Asfav. Lembro também que todas essas viagens só se tornaram viáveis porque usamos recursos próprios. Apenas para a mais recente houve uma campanha de arrecadação.

### Quais foram os resultados obtidos com essas viagens internacionais?

Quando todos estavam presos, no ano passado, começamos a fazer pressão política com denúncias. Depois disso, os alvarás de liberdade provisória começaram a ser expedidos. Passamos a entender que a pressão política ajuda. Não podemos ficar apenas no sofá esperando algo acontecer. Dentro do Brasil, fizemos o possível e continuaremos a fazer. Nesse percurso, percebemos também a importância que denúncias no estrangeiro teriam. Por isso, optamos por essa via adicional. Não sei se todos os efeitos práticos que testemunhamos são resultado direto da nossa atuação, mas sei que, uma hora, a corda vai romper, e não devemos desistir nunca. Vencerá quem durar mais tempo.

> *“Nas redes sociais, há internautas que marcam o perfil do ministro Alexandre em posts nossos com os dizeres ‘olha o que eles estão falando aqui’. É horrível ter a sensação de que não há liberdade em lugar nenhum”*

### Os congressistas brasileiros aderiram à causa da Asfav?

Alguns deputados e senadores de direita apoiam a causa. Eles enxergam que as garantias constitucionais conquistadas pela população estão sendo violadas. Nosso trabalho é mostrar tanto para parlamentares de direita, quanto de esquerda, que o que acontece hoje com esses presos políticos pode ocorrer com a esquerda, em virtude dos precedentes abertos pelo STF.

### Condenados pelo 8 de janeiro têm deixado o Brasil. A Asfav tem ajudado no processo de obtenção dos asilos políticos? E como está a condição dessas pessoas?

Nossa ajuda tem sido indireta, por meio das denúncias nos Parlamentos de outros países, da leitura dos relatórios e do material que temos produzido, mas só isso. Tampouco fomos a favor da fuga do Brasil. A respeito da condição de vida dessas pessoas, tomamos conhecimento de gente que vive em situação deplorável. E não há nenhum exagero em falar isso. São pais, mães, avôs e avós que têm de dormir em colchões com bichos, amontoados em imóveis precários, onde não há geladeira ou fogão. Sem contar a temperatura da água nesses locais, que é bastante fria. Além disso, há a parte psicológica, de gente que deixou tudo para trás para viver em uma situação totalmente desumana.

### Desde que a Asfav surgiu, a senhora chegou a ser intimidada em virtude do seu ativismo em prol dos direitos humanos?

Sim, e várias vezes, inclusive por deputados de esquerda. Já ouvi todo tipo de intimidação, daquelas que sugerem “descer o braço em golpista”. Nas redes sociais, há internautas que marcam o perfil do ministro Alexandre em posts nossos com os dizeres “olha o que eles estão falando aqui”. É horrível ter a sensação de que não há liberdade em lugar nenhum, tampouco na internet, que é aberta a todos.

Ministros do STF | Foto: Antonio Augusto/SCO/STF

### A senhora tem medo de ser investigada pelo STF?

Sempre fiz tudo sabendo que meus atos teriam consequências. Em janeiro deste ano, descobri, por meio de uma notícia, que sou investigada pelo STF. Dei uma entrevista ao portal Terra sobre a doença rara que minha filha tem. Em um conteúdo relacionado, notei uma reportagem da Lupa que tratava também do meu pai, Miguel Ritter. À agência de checagem, Moraes informou que eu estava na mira do STF.

### Como tem sido a coleta de assinaturas pela anistia dos presos?

Quando a iniciativa começou, sentíamos que estava mais forte. No entanto, com o passar do tempo, as coisas vão esfriando. Por isso, precisamos relembrar esse tema sempre que possível para ele não sair da cabeça das pessoas. A ideia da coleta de assinaturas é ter um plano B, caso o projeto de lei da anistia, no Congresso Nacional, não seja aprovado. Uma iniciativa popular como a que queremos tem a capacidade de mostrar ao Parlamento que o brasileiro defende a causa, e, assim, nossos deputados e senadores terão a certeza absoluta de que é uma bandeira do país.

*Feito por @bancahidden*

# Por que só as bets podem?

Amanda Sampaio e Anderson Scardoelli • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

Foto: Shutterstock

## Apesar de regulamentar as apostas esportivas on-line, o Estado brasileiro ainda proíbe bingos e cassinos

Detentores do maior produto interno bruto (PIB) do mundo, com quase US$ 27 trilhões em 2023, os Estados Unidos têm parte de sua economia movida por cartas de baralho, roletas, cartelas de bingos, dados e alavancas de máquinas caça-níqueis. Atualmente, cassinos e outras modalidades popularmente chamadas de jogos de azar geram cerca de US$ 330 bilhões por ano, o que equivale a R$ 1,7 trilhão, conforme a Associação Americana de Jogos. Além disso, o setor é responsável por 1,8 milhão de empregos diretos e indiretos, com os postos de trabalho espalhados por 47 Estados norte-americanos.

Diferentemente dos EUA, o Brasil não tem números a apresentar em relação a cassinos. E isso há quase 80 anos. Afinal, foram proibidos em 1946, por determinação do então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra. Ao justificar a decisão, ele alegou que esse tipo de jogo entrava em conflito com a "tradição moral, jurídica e religiosa" do país. Para Dutra, os cassinos eram "nocivos à moral e aos bons costumes". Há, contudo, a versão de que a ordem para a proibição tenha partido da primeira-dama Carmela Dutra. Católica fervorosa, ela era chamada de "Dona Santinha" e condenava a jogatina.

Dona Santinha, que teria feito a cabeça do marido, o presidente Gaspar Dutra, para proibir cassinos no Brasil, em 1946 | Foto: CPDOC/FGV

A proibição de cassinos não coloca o Brasil em oposição apenas à situação dos EUA. Mais de cem países permitem esse tipo de estabelecimento, inclusive vizinhos como a Argentina e o Uruguai. O veto aos jogos de azar se dá, sobretudo, em nações de maioria islâmica, como Arábia Saudita, Irã e Indonésia. Dessa forma, o Brasil fica de fora de um mercado bilionário e que acaba por ter cunho social. Segundo a Associação Mundial de Loterias, o setor injetou quase US$ 80 bilhões (R$ 410 bilhões) em ações sociais no decorrer de 2021.

## Jogos com aval do Estado

Apesar da proibição de cassinos, o Brasil permite outros jogos de azar. O Estado controla, por exemplo, a parte das loterias, que se dão por meio da Caixa Econômica Federal, um banco público. O principal jogo, a Mega-Sena, leva bem a sério o conceito de azar, uma vez que a probabilidade de acerto supera uma em 50 milhões por aposta.

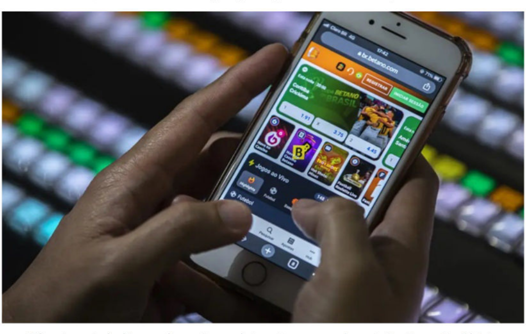
As loterias da Caixa não têm o potencial de gerar empregos nem de movimentar a economia como os cassinos. Porém, elas são liberadas, assim como as apostas esportivas on-line — as chamadas *bets* —, que, controladas por desenvolvedores baseados no exterior, viraram febre no país e tiveram sua regulamentação validada pelo Congresso Nacional e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que sancionou a **Lei das Bets** no fim do ano passado.

Principal produto das loterias geridas pela Caixa Econômica Federal, a Mega-Sena é um jogo de azar permitido pelo Estado brasileiro | Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Se, conforme Dutra e Dona Santinha, os cassinos são "nocivos à moral e aos bons costumes", o mesmo poderia se dizer das *bets*. Dados evidenciam que uma parte da população passou a enfrentar o vício em apostas esportivas on-line. Segundo o instituto de pesquisas Datafolha, os brasileiros **gastaram R$ 54 bilhões** com as *bets* só em 2023. Esse tipo de gasto, aliás, tem penetração até entre os mais pobres. De acordo com o levantamento, 17% dos beneficiários do Bolsa Família transferem parte dos recursos para a jogatina virtual — o gasto mensal supera os R$ 100 para quase um terço desses jogadores.

Há casos em que o vício nas *bets* tem feito cidadãos deixarem de comer. Literalmente. Em vez de fazer a despesa do mês, há quem prefira "investir" nas *bets* na esperança de ganhar algum dinheiro extra. Consequentemente, supermercados lidam com essa mudança no perfil do consumidor. O que deixa alerta até mesmo grandes redes que atuam no país. "A gente tem feito várias pesquisas e visto que alguns gastos novos entraram no bolso desse consumidor", disse Belmiro Gomes, diretor-presidente da rede Assaí, em recente entrevista à revista *Veja*. "Por incrível que pareça, o mercado de apostas esportivas aparece entre eles."

Enquanto os cassinos seguem proibidos no Brasil, os jogos on-line têm o risco de provocar abalos financeiros e emocionais, avisa a psicóloga Ana Paula Hornos. De acordo com ela, o *boom* das *bets* no país passa pela falta de educação financeira.



Diferentemente dos bingos e dos cassinos, as bets contam com regulamentação ativa no Brasil | Foto: Joédsom Alves/Agência Brasil

"A prevalência de apostas on-line entre os brasileiros, principalmente jovens, sugere uma inclinação ao imediatismo e à busca por ganhos rápidos, muitas vezes devido à falta de educação financeira e à atração por recompensas instantâneas", comenta Ana Paula. "A dependência dos jogos pode induzir um comportamento obsessivo-compulsivo, levando ao isolamento social e à deterioração de relações pessoais."

## Regulamentação em pauta

Com as loterias da Caixa ativas e as *bets* impactando até no consumo em supermercados país afora, a discussão para legalizar bingos e cassinos voltou à pauta do Poder Legislativo. Há, em defesa desses jogos, o argumento de que, diferentemente da Mega-Sena e das apostas esportivas on-line, eles podem impulsionar a economia nacional, com geração de empregos — de vigilantes a crupiês, passando por garçons e equipe de limpeza — e movimentação de recursos financeiros.

Aprovada em 2022 pela Câmara dos Deputados, a lei que visa regulamentar bingos e cassinos no Brasil **teve aval por parte da Comissão de Constituição e Justiça do Senado** nesta semana. Contudo, o assunto só deverá ir para o plenário depois do recesso parlamentar. Relator da proposta na Casa, o senador Irajá Silvestre (PSD-TO) estima que a liberação desses jogos pode ser responsável por incrementar em até R$ 40 bilhões anuais aos cofres da União, além de gerar 700 mil empregos diretos.


Aprovado texto-base do projeto que libera bingos e cassinos - ...

TV Câmara é parcialmente ou totalmente financiada pelo governo do Brasil.

Especialista em Direito de Jogos de Apostas, o advogado Fabiano Jantala mostra-se favorável à liberação dos cassinos e bingos no Brasil. Segundo ele, uma vez legalizado, o setor pode ser responsável por tirar milhares de pessoas das estatísticas de desemprego.

> *"Uma mesa de cassino tradicional tem 36 números, ou seja, a chance é de uma em 36. Na Mega-Sena, você tem uma chance em 51 milhões"*

"O legislador brasileiro adotou, durante muito tempo, uma postura discriminatória em relação aos jogos, e somente admitia aquelas modalidades que beneficiavam o Estado", diz Jantala. "Os jogos on-line estão gerando mobilização de executivos e profissionais do setor. Isso já é uma realidade e um fato consumado, já há uma demanda por mão de obra especializada. Agora, imagine se, além disso, a gente permitir os estabelecimentos físicos? Vai gerar milhares de empregos."

Fora o potencial de movimentar a economia nacional, o advogado chama a atenção para o fato de que as chances de os apostadores vencerem tendem a ser maiores do que nas já mencionadas *bets* e, principalmente, a Mega-Sena — que contam com o aval do Estado — para os apostadores.


Em votação apertada, CCJ aprova legalização de cassinos, bin...

TV Senado é parcialmente ou totalmente financiada pelo governo do Brasil.

"Você sabe qual é a probabilidade de ganhar uma mesa de cassino, que todo mundo chama de jogo de azar?", indaga o especialista em apostas. "Uma mesa de cassino tradicional tem 36 números, ou seja, a chance é de uma em 36. Na Mega-Sena, você tem uma chance em 51 milhões. Aí eu te pergunto: qual é o jogo de azar? O Estado não deve tomar decisões pelas pessoas."

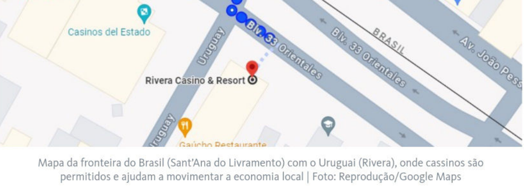
## É só atravessar a rua

Enquanto o Estado brasileiro interfere nas decisões dos cidadãos, proibindo-os de ir a cassinos e bingos no país, há quem decida "vender lenços" — ou melhor, fichas — para a população. É o caso, por exemplo, do Uruguai, que não para de investir no segmento. No início do ano passado, o presidente Luis Alberto Lacalle Pou anunciou o projeto de US$ 22 milhões para a construção de um complexo, com hotel e cassino, na cidade de Paysandú, na fronteira com a Argentina.

Com 73 mil habitantes, Paysandú serve como exemplo de como bingos e cassinos poderiam ser explorados no Brasil, observa Jantala. "Imagine, por exemplo, uma estrutura de um Caesars Palace ou de um Hard Rock, estabelecida por aqui como cassino e associada a um empreendimento turístico", diz o especialista. "Você cria polos de desenvolvimento econômico."

Em Sant'Ana do Livramento, no Rio Grande do Sul, basta atravessar a rua para jogar no Rivera Cassino & Resort, em território uruguaio | Foto: Divulgação/Rivera Cassino & Resort

Na fronteira do Uruguai com o Brasil há a prova de que esse tipo de atividade é responsável pelo surgimento de polos econômicos. Em Rivera, um cassino e *resort* de quatro estrelas que leva o nome do município uruguaio fica na Boulevard 33 Orientales, com acesso à Avenida João Pessoa, que já faz parte do município gaúcho de Sant'Ana do Livramento, com hotéis e pousadas do lado brasileiro usando em suas ações de comunicação o fato de estarem perto de Rivera, onde bingos e cassinos são liberados. Ou seja, basta atravessar a rua (literalmente) para fugir do conjunto de regras que há quase oito décadas deixa o Estado brasileiro com a função de tutelar — também — a moral e os bons costumes.



Mapa da fronteira do Brasil (Sant'Ana do Livramento) com o Uruguai (Rivera), onde cassinos são permitidos e ajudam a movimentar a economia local | Foto: Reprodução/Google Maps

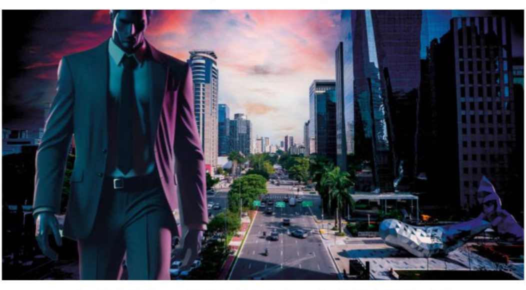
*Feito por @bancahidden*

# A Faria Lima está com medo

Carlo Cauti • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden



Avenida Faria Lima, em São Paulo | Foto: Montagem Revista Oeste/Shutterstock

### Em vez de Galípolo, o receio é que assuma a presidência do Banco Central um Mantega, um André Lara Resende, um Mercadante ou outro nome que faça apenas o que Lula mandar

A decisão unânime do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, de manter a taxa básica de juros (Selic) em 10,5% ao ano foi um alívio para o mercado. Mas por pouco tempo.

"O sentimento que domina hoje a Faria Lima é o receio", disse à coluna um gestor que preferiu manter o anonimato. "Todos estão pensando na sucessão de Campos Neto na presidência do Banco Central. E esse voto de Galípolo pode ter sido a pá de cal em sua nomeação no comando da instituição."

Gabriel Galípolo, atual diretor de Política Monetária, é considerado o natural substituto do presidente do BC. Entretanto, ele votou junto com Campos Neto para manter o nível dos juros, poucas horas depois das críticas ferozes do presidente Lula contra o atual chefe do Banco Central.

"Lula não gostou nada disso. Todos os diretores nomeados por ele votaram para manter o atual patamar da Selic. A preocupação do mercado é que isso tenha consequências", disse um analista de um banco de investimentos.

## Temor dos nomes

Imediatamente após a votação, começaram a surgir nomes como o do ex-ministro Guido Mantega, do economista André Lara Resende, ou do atual presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, para a futura presidência do Banco Central. Esses nomes, junto com o do ex-diretor do BC, Luiz Awazu, circulam nas bolsas de apostas.

Resende, Mantega, Awazu e Mercadante ganharam força especialmente após uma entrevista de Lula em que ele declarou que vai escolher "uma pessoa madura, calejada, responsável" para o cargo.

"Esses três nomes tiram o sono de muita gente no mercado. São perfis muito fiéis a Lula, e já com uma certa idade. Ou seja, não têm nada a perder, mesmo fazendo escolhas erradas", explica o gestor.

Segundo o analista, "já tivemos uma péssima experiência com Alexandre Tombini na época da Dilma. Quando a presidente ligava, ele obedecia. Os juros foram na marra para um nível muito baixo, e a inflação explodiu. Ninguém quer viver novamente o mesmo cenário".

Resende, que nesta semana afirmou que a PEC da autonomia financeira do BC é um retrocesso, é defendido pela ala mais radical do PT. Mantega é uma vontade pessoal do Lula de achar um cargo para o velho aliado. Mercadante teria o sonho de comandar o Banco Central. E Awazu teria o apoio de muitos senadores da base aliada.

"Há semanas em que, todas as vezes que fala, Mercadante assume um tom de 'presidenciável'. Aborda temas que vão muito além do BNDES e critica abertamente a política monetária. A última vez foi no fim de semana passado, quando discursou ao lado do próprio Campos Neto. Ele está preparando o terreno", disse um ex-diretor do Banco Central, que atualmente atua na Faria Lima e pediu para manter o anonimato.

Alexandre Tombini, ex-presidente do Banco Central | Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

## Moderado, mas na mira

No mercado financeiro brasileiro, Galípolo é considerado um moderado. Um economista com uma visão social-democrata, mas ainda racional. Diferente de muitos nomes próximos ao PT. Professor universitário, foi presidente do Banco Fator e já trabalhou na gestão pública no Estado de São Paulo durante a gestão José Serra.

"Diferentemente dos nomes que estão circulando como possíveis substitutos de Campos Neto, ele é muito mais jovem, tem 40 anos. Mesmo sendo nomeado presidente do Banco Central por um mandato, vai continuar a carreira. E, claramente, não vai querer queimar sua imagem", explica o gestor.

O próprio Galípolo, em reuniões reservadas, teria deixado bem claro para seus interlocutores que, "se for para fazer tudo errado, o governo não conte comigo".

Por isso, o medo de muitos executivos do setor financeiro é que Galípolo não seja considerado "fiel o suficiente" a Lula. O petista já deixou claro que o futuro presidente do Banco Central deverá ser alguém que "tenha respeito pelo cargo que exerce e alguém que não se submeta a pressões de mercado, e que faça aquilo que for de interesse de 213 milhões de brasileiros".

"Essas palavras foram interpretadas como um 'quero alguém que faça o que eu mandar'. E também foi por isso que o dólar disparou e a Bolsa de Valores não para de cair", explica o analista.

Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil | Foto: Washington Costa/MF

## Para cima de Campos Neto

Enquanto isso, o PT começou as grandes manobras para atacar Campos Neto. A presidente do partido, Gleisi Hoffmann, não se limitou a publicar uma longa mensagem na rede X criticando a decisão do Copom. Ela decidiu protocolar uma ação popular no Distrito Federal para proibir o presidente do Banco Central de falar em público.

Outros líderes petistas foram além disso. Rui Falcão chamou Campos Neto de lambe-botas de Tarcísio, e Jilmar Tatto pediu a saída antecipada do atual presidente, sob a alegação de que ele estaria politizando demais o Banco Central.

## Alinhamento petrolífero

Quem está alinhada 100% com Lula é a nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard. Durante sua cerimônia de posse, a executiva declarou estar "totalmente alinhada" com a visão do presidente da República. Que a assistia a poucos metros de distância.

A presença de Lula provocou certo estranhamento no mercado, pois normalmente é um evento de que participa, no máximo, o ministro de Minas e Energia. O comparecimento do presidente foi interpretado pelo mercado como um sinal claro de que quem manda na Petrobras é ele.

Magda Chambriard, presidente da Petrobras | Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

## Presidente nervosinho

Em sua fala durante a cerimônia, Lula defendeu que a Petrobras continue sendo uma "empresa lucrativa" e disse que "ninguém quer que nenhum acionista tenha um centavo de prejuízo". Segundo o presidente, "se investiu, tem direito a ter seu retorno do investimento. Ninguém quer isso. Ninguém quer que a Petrobras seja uma empresa deficitária, que ela perca dinheiro".

Cerca de 48 horas depois desse discurso, Lula mudou de ideia, voltando a criticar a distribuição de dividendos para acionistas da estatal. Ele disse ter ficado "meio nervoso" ao saber sobre o pagamento de R$ 45 bilhões de dividendos para acionistas minoritários.

***

## Tanure de olho na Sabesp (com a bênção do BNDES)

O empresário Nelson Tanure estaria de olho na privatização da Sabesp. Segundo rumores que circularam no mercado nesta semana, o controlador da Light e da Gafisa estaria se preparando para participar do leilão, que deveria ocorrer nas próximas semanas.

Todavia, uma operação desse calibre necessitaria de financiamentos maciços. Que viriam diretamente do BNDES, através do seu banco de investimento, o BNDESPar. O banco público de fomento negou, mas os olhos da Faria Lima inteira estão apontados para o leilão da estatal paulista de saneamento.

O empresário Nelson Tanure estaria de olho na privatização da Sabesp | Foto: Shutterstock

***

## Insistência no leilão

Mesmo depois de ter que anular o primeiro leilão para importação de arroz por irregularidades entre as empresas vencedoras, o governo federal não desistiu de realizar outros certames. Desta vez o edital será feito em conjunto com a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Controladoria-Geral da União (CGU).

O primeiro edital, que tratava da compra de 263 mil toneladas de arroz, custou a cadeira ao secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller.

*Feito por @bancahidden*

# ChatGPT: primeiros passos

Dagomir Marquezi • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

Foto: Shutterstock

## Saiba como começar a usar a inteligência artificial que transformou a busca na internet num poderoso instrumento de conhecimento

O potencial das plataformas e aplicativos de inteligência artificial é tão grande que ainda não estamos conseguindo nem lidar com esse novo instrumento. Por enquanto, a grande maioria dos usuários está usando a IA como mecanismo de busca e pesquisa. Geralmente o usuário fica satisfeito, e com razão. Uma busca superficial já compensa em aplicativos como Bing, Copilot, Perplexity e Gemini.

Por enquanto, ninguém chegou perto do ChatGPT. A versão gratuita já funciona bem. Mas o verdadeiro espetáculo é dado pela versão paga: o ChatGPT-4o. Custa US$ 20 por mês.

É caro? Pode ser caro se não for usado. Gastamos nosso dinheiro e não usamos. Mas, se o chat for bem usado, esses US$ 20 vão parecer uma pechincha.

Se você ainda não usou o ChatGPT, é importante lembrar que programas de inteligência artificial dialogam com o usuário. E seu ponto de contato com ele é esse box na parte inferior da tela:

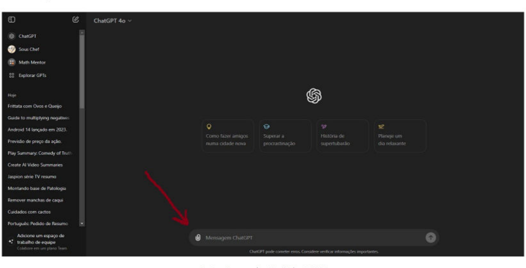


Foto: Reprodução/ChatGPT

O primeiro segredo para uma boa pesquisa é preencher esse pequeno espaço com um bom *prompt*. *Prompt* é o que você vai pedir ou perguntar ao GPT-4o. Quanto mais claro e objetivo for esse *prompt*, melhores resultados você vai obter.

## A caveira de Jules Verne

Outra coisa: não se esqueça de que você está dialogando com essa inteligência. Como se dialogasse com um parceiro de trabalho. Esse diálogo pode levar você ao que deseja. Mas também pode mostrar outros caminhos que sua pesquisa pode tomar. A dinâmica desse diálogo pode dar ao usuário perspectivas que nem imaginava. É preciso ter a mente aberta para novas possibilidades.

Um exemplo. Teclo: "faça um resumo da vida de Jules Verne em 20 linhas". Por ter pedido em português do Brasil, o GPT-4o já sabe que deve responder na mesma língua. Chega o resumo. Continuo: "liste por ano todos os livros escritos por Jules Verne". Feito.

Em seguida, peço que desenhe um mapa da França destacando as cidades onde Jules Verne nasceu (Nantes, 1828) e morreu (Amiens, 1905). Aí o *chat* se atrapalha todo e não consegue entregar um simples mapa.

Em compensação, pedi algo muito mais abstrato e elaborado: uma ilustração que sintetizasse a vida e a obra de Jules Verne. Sugeri uma imagem do autor escrevendo à luz de velas com a cabeça cheia de ideias para seus livros. Em cinco segundos eu ganhei isto:

Ilustração: Criada pelo ChatGPT-4o

Podemos considerar esse trabalho uma forma de arte, mas não um objeto de pesquisa. Há outra maneira de encarar essa questão de modo mais integrado. O quadro está cheio de símbolos, alguns encomendados por mim, outros não. Eu poderia fazer perguntas sobre cada pequeno detalhe.

Perguntei o significado da caveira no lado direito da imagem. E tive quatro respostas:

- ***Memento mori*:** a caveira pode servir como um *memento mori*, um lembrete da mortalidade. Esse conceito era comum nas artes e na literatura, lembrando as pessoas de que a vida é temporária e de que devem aproveitar o tempo que têm.
- **Inspiração literária:** a caveira pode simbolizar os elementos sombrios e misteriosos presentes em muitas das obras de Verne. Embora conhecido por suas histórias de aventura e exploração, algumas de suas narrativas também exploravam temas mais sombrios e filosóficos.
- **Ciência e curiosidade:** Jules Verne tinha grande interesse pela ciência e pelo desconhecido. A caveira pode representar seu fascínio pelo estudo da vida, da morte e das ciências naturais.
- **Estética gótica:** no século 19, havia uma tendência estética que incluía elementos góticos e macabros. A presença da caveira pode ser um reflexo dessa estética, que também era popular entre os escritores da época.

Ou seja: o GPT-4o cria uma obra e analisa a própria obra com detalhes enciclopédicos. E daí sacou quatro novas informações hipotéticas, mas perfeitamente pertinentes sobre Jules Verne. Passei a conhecer melhor o escritor por fatores alheios a ele, hipotéticos, mas que diziam muito sobre a época.

## Viagem teórica pelo Caribe

As agências de turismo hoje estão numa disputa difícil com a internet. Cada vez mais pessoas estão marcando passagens e hospedagens por sites especializados.

O ChatGPT oferece uma pesquisa mais "estratégica". Você diz o que quer, ele cria um plano. Exemplo de *prompt*: "Gostaria de sair de São Paulo no dia 7 de outubro e fazer uma viagem por cinco ilhas do Caribe durante 20 dias gastando no máximo US$ 200 por diária".

É um projeto de férias bem caro, mas isso não importa ao ChatGPT-4o. Ele sugere um plano completo (Porto Rico, Ilhas Virgens Americanas e Sint Maarten). Falhou num ponto: eu pedi cinco ilhas, ele só pesquisou três. Mas isso se corrige no diálogo.

Sua resposta inclui sugestões de passeios, excursões e outros programas. O que o *chat* não faz ainda é comprar passagens e reservar hotéis. Mas indica sites que fazem isso, com seus respectivos links. Não vai demorar para que faça o ciclo completo de uma viagem.

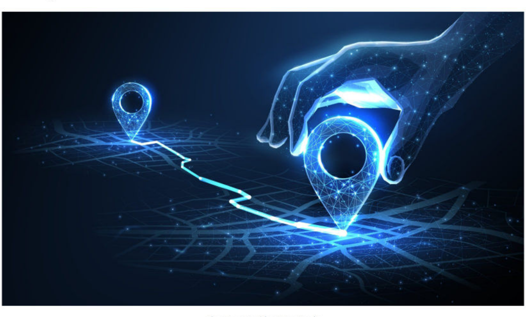


Ilustração: Shutterstock

## A arma (mais ou menos) secreta do ChatGPT-4o

Até agora falamos de capacidades genéricas do nosso assistente virtual. Mas existem complementos que multiplicam esses poderes e focam tarefas bem específicas. São chamados, dependendo do caso, de *add-ons*, *plugins*, APIs, integrações, módulos funcionais, ferramentas ou recursos internos.

Não importa o nome. São instrumentos certeiros e poderosos para satisfazer às nossas necessidades de pesquisa e busca. Os *plugins* ficam no canto superior direito da tela. São chamados de "GPTs". Ao clicar em "Explorar GPTs", um universo de recursos se abre para atiçar nossa curiosidade e capacidade de trabalho.

Aqui vai uma seleção de *add-ons* voltados para pesquisas e buscas na internet. Todos eles falam em português ou na língua que você quiser. Estão disponíveis para assinantes do ChatGPT-4o.

### Learn Anything

Um *plugin* de orientações específicas dentro de cada área de conhecimento. Uma espécie de "saiba tudo sobre…" qualquer assunto. Sugeri formigas, e o Learn Anything ofereceu serviços específicos de entomologia (estudo do comportamento, anatomia e ecologia dos insetos), biologia, história (como as formigas têm sido percebidas e estudadas ao longo da história). É uma espécie de enciclopédia dinâmica, mutável e adaptável aos desejos do usuário.

### Planty

Um *add-on* específico de pesquisas sobre plantas. Quantas vezes por mês devo regar meu cacto? Qual é o melhor lugar para deixar minha samambaia? Do que preciso para cultivar um bonsai?

### Laundry Mentor

Cuida de todas as questões relativas à limpeza de tecidos. "Caqui deixa manchas na toalha de mesa? Como posso me livrar dessas manchas?" A resposta vem em formato de sete providências que você deve tomar e três coisas que não pode fazer (exemplo: "Evite usar água quente no início, pois isso pode fixar a mancha no tecido").

### Scholar GPT

Especializado em pesquisas acadêmicas. Eu pedi: "Gostaria de montar uma base de estudos genéricos sobre patologia". Conheci os cinco tipos básicos de patologia (celular/molecular, sistêmica, forense, clínica e experimental). O *chat* indicou artigos científicos sobre patologia dos últimos dez anos e forneceu links para dez publicações internacionais especializadas no assunto. Se eu quisesse mais, era só pedir.

### Web Browser

Faz a pesquisa na internet por você. O usuário dá um tema, o Web Browser já faz um resumo do que você quer saber. E coloca os links para aprofundamento. Perguntei sobre a série japonesa *Jaspion*. Vieram notas de produção, enredo, personagens principais, o sucesso no Brasil, um livro lançado sobre o herói, e onde a série está disponível. Os links não estão soltos, mas organizados em uma linha de pensamento e lógica.

### Video Summarizer

Você escolhe um vídeo com uma palestra ou aula do YouTube (ou de outro serviço) e manda o link para o Video Summarizer. Em três segundos o ChatGPT-4o analisa o conteúdo e remete de volta um resumo muito bem-feito do conteúdo dessa palestra ou aula. Já é um feito espantoso. Fica ainda mais impressionante quanto você envia o link de um longa-metragem de ficção. Nos mesmos três ou quatro segundos, você recebe um relatório resumido do que acontece no enredo do filme. Faz o mesmo com um clipe musical, analisando os detalhes de sua letra. É uma máquina de decifrar narrativas.

### PDF Reader

Faz com documentos em formato PDF o que o Video Summarizer faz com vídeos. Mandei uma peça de teatro e em instantes veio um resumo com personagens, cenário, síntese da trama, temas, análise de estilo dramatúrgico e notas sobre o autor.

### Tech Support Advisor

Dedicado, como o nome diz, aos ligados em tecnologia e gente que gosta de *gadgets* (como são chamados os dispositivos eletrônicos). Responde sobre versões de *software*, ensina como configurar uma rede wi-fi, dá sugestões de compras etc.

### Math Mentor

Um auxiliar para ensino e soluções de matemática: aritmética, álgebra, geometria, trigonometria, estatística, probabilidade, cálculo. Oferece soluções práticas que envolvem cálculos matemáticos. Apresenta-se como um auxiliar dos pais na educação de matemática de seus filhos.

### Sous Chef

Aceita qualquer consulta relativa à culinária. Descreva o que você tem na geladeira e o Sous Chef vai sugerir sua próxima refeição. Perguntei o que poderia fazer com ovos, queijo e uma lata de ervilhas. Recebi uma receita detalhada, uma lista de ingredientes, um orçamento de quanto eu gastaria com a *frittata* (R$ 21,70) e uma imagem ilustrativa de como ficaria minha *frittata* virtual:

Ilustração: Criada pelo ChatGPT

*@dagomir*

*dagomirmarquezi.com*

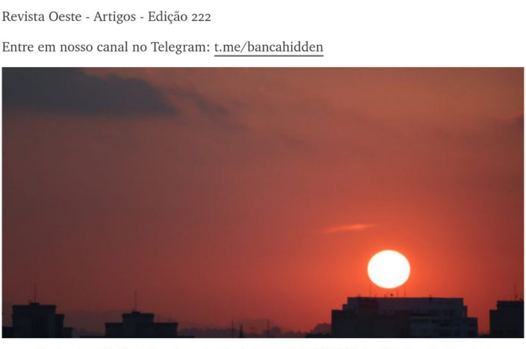
*Feito por @bancahidden*

# Viva o solstício de inverno

Evaristo de Miranda • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden



Pôr do sol em São Paulo durante o solstício de inverno (21/6/2019) | Foto: FJGSalinas/Shutterstock

## O 21 de junho é o dia mais curto e a noite mais longa do ano no Hemisfério Sul

"*O fortunatus nimium, sua si bona norint agrícolas!*"

("Felizes seriam os agricultores, se soubessem quão felizes são", tradução livre)

**(Virgílio, Geórgicas II, 458)**

O sol nasce para todos e sempre a leste. *Ab Oriente lux*. Nunca no mesmo local onde nasceu no dia anterior. Dada a inclinação do eixo rotacional terrestre, o sol não nasce, nem se põe, exatamente no mesmo local. Ele está em permanente e aparente deslocamento. Durante o outono, o sol se dirige em direção ao norte. Em dado momento, ele para. É dia de **solstício**.

O sol estaciona, como evoca a etimologia de "solstício", "*solstitium*": *sol sistere*, ele não se mexe. O sol estaciona no dia do solstício, sua declinação mais setentrional. No dia seguinte, 22 de junho, começa a "voltar", agora em direção ao sul. Duas manifestações desse fenômeno astronômico são fáceis de ser observadas em casa, nas escolas e no trabalho.

Primeira: a marcação do sol, como sabem e fazem os agricultores. Da janela, varanda da casa ou sacada do apartamento, marque o local onde o sol surge ou desaparece no horizonte nesses dias. Até mesmo alguns dias depois do solstício de inverno. Compare esse ponto, essa referência, com a posição do nascer ou do pôr do sol em dezembro, no solstício de verão, perto do Natal. A distância será grande. Quanto mais ao sul do Brasil, maior. Imperceptível no dia a dia. A partir do solstício, nascente e poente se deslocarão para o sul. Dá para ver "**da janela lateral**" o caminhar do sol. E começa o inverno.

O 21 de junho é o dia mais curto e a noite mais longa do ano no Hemisfério Sul. Existem monumentos astronômicos, criados há milhares de anos, para marcar os solstícios, como o desconhecido e impressionante **Observatório Astronômico de Calçoene**, no Amapá, com mais de 2 mil anos. O Observatório Astronômico de **Stonehenge** é o Calçoene da Inglaterra.

Observatório Astronômico de Calçoene, no Amapá, com mais de 2 mil anos | Foto: Carina Furlanetto/Shutterstock

Segunda manifestação: o ângulo das sombras e da luz. Nos dias próximos ao do solstício de inverno, os raios solares penetram profundamente no interior das casas, pelas janelas voltadas à face norte. No solstício de inverno observam-se as sombras mais longas de todo o ano, bem direcionadas ao sul. Ao meio-dia, sobretudo nas Regiões Sul e Sudeste, o sol sobe pouco na abóbada celeste. Poderia ser chamado "o dia das sombras longas". Esse fenômeno astronômico preciso é observável no quintal de casa, nas escolas e calçadas. A cada dia, na mesma hora, essa sombra diminuirá de tamanho.

Essas observações nas escolas são um material pedagógico concreto e excepcional para uso no ensino de ciências, geografia, ecologia, matemática e história. Quem usa? Quais professores sabem disso? Entre cerca de 80 países participantes do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (**Pisa**), o Brasil anda lá pela 60ª posição. E **não melhora**.

O triângulo retângulo formado entre a altura do objeto e a extensão de sua sombra permite calcular, por simples trigonometria, a latitude. E construir, com engenho, um relógio solar ou calcular a **circunferência terrestre**. Assim procedeu, na baía de Santa Cruz de Cabrália, o **mestre João Emeneslau de Fares**, médico, cosmógrafo e físico da expedição de Pedro Álvares Cabral. No Ano da Graça de 1500, ele calculou a posição do desembarque com um astrolábio: 17 graus de latitude sul, próximo do valor exato (60 quilômetros de diferença). À noite, ele observou e nomeou a **constelação do Cruzeiro do Sul**. E a desenhou em sua famosa carta, escrita em um misto de espanhol e **português** **quinhentista**, ao rei de Portugal **D. Manuel I**.

Representação do Cruzeiro do Sul na Carta do Mestre João de Fares | Foto: Divulgação

No dia do solstício de inverno, o sol está a pino a 23 graus e 27 minutos de latitude norte. Por lá, ao meio-dia, os raios solares incidem perpendiculares ao solo. Postes, casas e pessoas na posição vertical não "apresentam" sombra projetada sobre sua base. A projeção do caminho do sol no chão "traça" o paralelo conhecido como Trópico de Câncer. Em 21 de junho, o sol passa a pino sobre 16 países no Hemisfério Norte: Taiwan (em Shuishang há um belo **monumento ao Trópico de Câncer**), China, Índia, Emirados Árabes, Egito, Líbia, Argélia, Mauritânia, Bahamas, sul dos Estados Unidos, México e Havaí. Enquanto por aqui, nestes dias, o sol anda bem baixo na abóbada celeste.

Para os antigos gregos, a beleza dos céus estava na precisão matemática dos ciclos celestes. Da beleza do cosmos deriva a palavra "cosmética". Com o solstício e a passagem do outono para o inverno, a luz retorna (**Revista Oeste, "O solstício de inverno"**). Doravante, os dias durarão cada vez mais.

O tempo do solstício de inverno está associado ao fim do ano agrícola, ao encerramento das colheitas, ao desfrute dos resultados do suado e árduo trabalho no campo, aos festejos juninos. Apesar de grandes diferenças territoriais no Brasil, até junho encerraram-se as colheitas de soja, milho, arroz, feijão, laranja, amendoim, algodão, tubérculos, frutas e outras. É tempo de aferir, conferir, pesar, contar, vender e armazenar: **300 milhões de toneladas de grãos**. Há muito tempo, o agro e a agroindústria brasileira já alimentam mais de 1 bilhão de pessoas.

No Brasil, até junho encerraram-se as colheitas de soja, milho, arroz, feijão, laranja, amendoim, algodão, tubérculos, frutas e outras | Foto: Carlos Rudinei Mattoso/Shutterstock

Os festejos de São João coincidem com o tempo do solstício do inverno. Na origem, as festas juninas são uma celebração católica, estival, ibérica, rural e tradicional de junho, desde o século 4°. O Catolicismo, herdeiro da tradição judaica, sempre celebrou eventos cósmicos (solstícios e equinócios) associados ao calendário litúrgico. Não para "apagar" práticas pagãs. Essas datas já eram festejadas, marcos da Criação. A evangelização ressignificou práticas locais. Inicialmente eram festas joaninas, dado o vínculo com São João, o único santo católico festejado no dia de seu nascimento, e não de sua morte. Com o tempo viraram juninas e até julinas.

No Brasil, desde o século 16, os **evangelizadores jesuítas** associaram às colheitas indígenas do inverno austral as festas joaninas do solstício de verão boreal na Europa. Com sabedoria. Deu certo. As festas juninas são uma das mais expressivas manifestações culturais brasileiras.

> *Como a festa para São João é a maior, São Pedro manda uma chuvinha para acalmar os ânimos e atenuar um pouco o seu brilho*

A intimidade das pessoas com os santos juninos, Santo Antônio, São João e São Pedro, presentes nos mastros de quermesses e arraiais, é surpreendente. A ponto de serem chamados de compadres. E até arrumarem encrencas: "Com a filha de João, Antônio ia se casar, mas Pedro fugiu com a noiva na hora de ir pro altar", cantava Dalva de Oliveira, a **trágica rainha do rádio e da voz**, na canção ***Pedro, Antonio e João***. E conclui: "E no fim dessa história, ao apagar-se a fogueira, João consolava Antônio, que caiu na bebedeira".

Nas festas juninas, a *agrocultura* alcança o mundo urbano. A tradição rural invade a cidade e nela planta arraiais e quermesses (**Revista Oeste, edição 65, "Nas festas juninas, a tradição rural invade a cidade"**). O arraial junino nas cidades, espaço profano e sagrado, é como uma aldeia rural temporária, ao lado de igrejas, escolas e espaços públicos. Ele é organizado com bandeirinhas, portais de bambu, flores do cipó de São João, mastro dos santos, barracas de comidas e bebidas típicas, jogos, danças, músicas e muita diversão. Crianças urbanas se vestem de caipira. Chapéus de palha e botas expressam um jeito de mostrar o homem da roça.

Festividades de São João no Pelourinho, em Salvador, na Bahia | Foto: Joa Souza/Shutterstock

A base da culinária junina são as plantas nativas: milho, amendoim e batata-doce. Degusta-se milho verde, assado e cozido, pipoca, pamonha, curau, mungunzá, canjica, cuscuz, bolo de fubá, além da batata-doce, cozida ou assada nas brasas das fogueiras, o doce de batata-doce, o amendoim, o pé de moleque e a paçoca. No Sul e no Sudeste, o pinhão está presente, com o vinho quente, o chocolate e o quentão. O mundo rural vive intensamente esse tempo de alegria. Em 2023, as festas juninas movimentaram cerca de R$ 6 bilhões e 26 milhões de pessoas, segundo **Ministério do Turismo**.

Em junho, as fogueiras iluminam as trevas, esquentam amores e corações. E aquecem noites frias. Em muitas comunidades rurais, homens e mulheres caminham **descalços sobre as brasas** (2Sm 22,13). Soltam-se fogos para acordar São João. Por que chove no dia de São João? Segundo a tradição rural, é inveja de São Pedro. Como a festa para São João é a maior, São Pedro manda uma chuvinha para acalmar os ânimos e atenuar um pouco o seu brilho.

Para os cristãos, João Batista, o Imersor, preparou os caminhos do Senhor Jesus. Foi decapitado por anunciar a Verdade (Mc 6,14-29). O fogo é um símbolo de purificação e iluminação. O solstício, a vitória progressiva da luz, as festas e fogueiras juninas convidam todos, campo e cidade, a se prepararem ao plantio primaveril, serem fecundos, crescerem e darem frutos, como no chamado do início da Criação (Gn 1,28). Tempo de iluminação, tão necessária ao entrevado Brasil. ***Ab Oriente lux? Ab Occidente progressus!***

Fogueira de São João | Foto: Odairson Antonello/Shutterstock

*Feito por @bancahidden*

# Está na hora de aposentar o rótulo ‘extrema direita’

Joana Williams, da Spiked • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

Giorgia Meloni, primeira-ministra italiana, e Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, no Palácio Chigi, em Roma | Foto: Reuters/Guglielmo Mangiapane

## Milhões de europeus não se tornaram fascistas de repente. Precisamos de uma nova linguagem política

Enquanto o *establishment* da União Europeia luta para entender a revolta nas eleições europeias da semana passada, uma coisa ficou clara: nosso vocabulário desatualizado não está à altura de descrever o cenário político de hoje.

As vitórias do Reunião Nacional, da França, do Irmãos da Itália, de Giorgia Meloni, e do Alternativa para a Alemanha (AfD) foram descritos como uma “onda de extrema direita” nas matérias de jornal e TV, não apenas na Europa, mas no mundo todo. Antes mesmo dos resultados das eleições serem divulgados, rótulos como “extrema direita” e “direita radical” já estavam na ponta dos dedos dos analistas. É consenso entre todos que a extrema direita está em ascensão e que as pessoas comuns precisam se preocupar. Este é o “momento Trump” da Europa, explicou o site *Politico*. Alguns vão além. O Reunião Nacional, de Marine Le Pen, é descrito como “neofascista”, enquanto acadêmicos calmamente questionam se o AfD é o novo Partido Nazista. “O fascismo chegou”, declarou a autora francesa Emilia Roig quando os resultados das eleições foram revelados. No entanto, com quase um quarto dos eleitores da Europa apoiando um partido rotulado de “extrema direita”, vale a pena perguntar qual é o grau de exatidão desse rótulo e qual é o seu propósito agora.

Giorgia Meloni, primeira-ministra italiana e líder do partido Irmãos da Itália | Foto: Reuters/Guglielmo Mangiapane

“Extrema direita” descreve razoavelmente o predecessor do Reunião Nacional da França. Estabelecido em 1972, o Frente Nacional (como era conhecido até 2018) uniu vários grupos de extrema direita sob a liderança de Jean-Marie Le Pen, que tinha um histórico de negar o Holocausto e de antissemitismo. Em 2011, Marine, sua filha, assumiu a liderança e tentou “desintoxicar” o partido. Ela expulsou extremistas, incluindo o próprio pai em 2015, depois que ele fez comentários que ignoravam o Holocausto. E também denunciou o fascismo e o antissemitismo antes de rebatizar o partido. Giorgia Meloni se juntou ao Movimento Social Italiano, um partido fundado por apoiadores do ex-líder fascista Benito Mussolini, quando tinha 15 anos. Naquela época, ela era uma presença conhecida nos círculos pós-fascistas. Em 1994, o Movimento Social Italiano foi transformado em Aliança Nacional. Vinte anos depois, Meloni se tornou presidente de sua ala jovem. E, depois de uma cisão no partido, em 2012, ela ajudou a lançar o Irmãos da Itália, hoje o maior partido do país.

Tanto Meloni quanto Le Pen colocaram seus partidos em uma direção consideravelmente mais *mainstream*. Isso significa que o AfD da Alemanha, fundado em 2013 e segundo colocado nas eleições da UE da semana passada, detém a distinção duvidosa de ser “pior que o resto da extrema direita da Europa”. Dada a curta história do partido, os analistas tiveram que se contentar com escândalos políticos no presente. Em maio, Maximilian Krah, o principal candidato do AfD nas eleições da UE, declarou a um jornal italiano que nem todos os membros da SS nazista eram criminosos de guerra. Além disso, Krah é acusado de manter relações questionáveis com a China e a Rússia.

Os três partidos não compartilham uma ideologia coerente. Na verdade, Le Pen se recusou a se sentar com o AfD no Parlamento Europeu depois dos recentes escândalos, e Meloni se tornou uma aliada-chave da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. O que eles têm em comum é terem conseguido explorar com sucesso as preocupações populares com a imigração, o fardo da neutralidade climática e a crescente sensação de que as elites políticas estão desconectadas das preocupações dos cidadãos de seus países.

Marine Le Pen, presidente do grupo parlamentar do partido francês Rassemblement National (RN) | Foto: Reuters/Christian Hartmann

Ainda que tenham nascido de uma tradição de extrema direita mais antiga, o Reunião Nacional e o Irmãos da Itália tiveram que mudar e se tornar bem mais moderados antes de se tornarem eleitoralmente viáveis. Alguns membros do AfD de fato fizeram comentários enigmáticos sobre o passado fascista da Alemanha. Mas descrever todos esses partidos simplesmente como “extrema direita” passa por cima do que torna o momento atual politicamente distinto. Pior ainda, macula as aspirações de milhões de eleitores.

Os rótulos “direita” e “esquerda” não nos ajudam a entender o que motiva a política hoje. No passado, as visões de extrema direita estavam firmemente associadas ao antissemitismo. Mas em uma era de “LGBT pela Palestina”, em que boicotar Israel é uma obsessão da esquerda universitária, e em que ativistas jogam tinta em bancos supostamente ligados ao único Estado judeu do mundo, defender o direito de Israel de existir é considerado ser de direita. Ou vamos falar do *net zero*. No passado, a esquerda defendia a melhoria nos padrões de vida da classe trabalhadora. Agora, o consenso verde da esquerda exige que as pessoas sejam impedidas de ter carro, aquecer a própria casa e viajar para o exterior. A mesma inversão aconteceu em relação às questões culturais. As pessoas que defendem a proteção dos direitos sexuais das mulheres ou uma abordagem daltônica da igualdade racial logo são consideradas de direita ou até mesmo de extrema direita. Quando toda oposição popular ao *status quo* é rotulada como “extrema direita”, a frase perde muito do seu significado.

> *Gritar “extrema direita” diz menos sobre os partidos rotulados dessa forma e mais sobre aqueles que estão enviando os sinais de alerta*

O rótulo “extrema direita” pode não ser útil quando se trata de análise política, mas serve a um propósito para a elite política. “Extrema direita”, “direita radical”, “neofascista” — todos esses termos funcionam como grandes sinais de alerta. Eles são um aviso retórico para os eleitores não se aproximarem. E não apenas funcionam como uma expressão de desagrado da elite pelo populismo, mas também insinuam o mito de origem da União Europeia — de que foi graças à sabedoria dos tecnocratas em Bruxelas que evitamos um retorno aos horrores da Alemanha Nazista e da Itália fascista. Votar em partidos pró-União Europeia é considerado heroico, e apoiar os eurocéticos, vergonhoso.

Votar em partidos pró-União Europeia é considerado heroico, e apoiar os eurocéticos, vergonhoso | Foto: Shutterstock

Mas isso é preguiçoso. Evita o trabalho árduo de analisar as causas das frustrações dos eleitores com os partidos tradicionais e a adesão à nova direita política. Gritar “extrema direita” diz menos sobre os partidos rotulados dessa forma e mais sobre aqueles que estão enviando os sinais de alerta. E mostra que o *establishment* da União Europeia se sente ameaçado por eleitores empenhados em fazer sua voz ser ouvida.

Existe outro perigo em chamar de “extrema direita” tudo aquilo de que as figuras do *establishment* não gostam. O tiro pode sair pela culatra. Quando o termo “extrema direita” descreve as causas políticas populares de hoje, a verdadeira ameaça de extrema direita do passado da Europa é relativizada. Despida de seu significado histórico, “extrema direita” se torna apenas um insulto vazio.

Precisamos urgentemente de uma nova linguagem para descrever a raiva crescente que a população sente em relação a uma elite política cada vez mais inconsequente, não apenas na Europa, mas no mundo todo.

***Joanna Williams*** *é colunista da* Spiked *e autora de* How Woke Won. *Ela é pesquisadora visitante do Mathias Corvinus Collegium (MCC), de Budapeste*.

*Feito por @bancahidden*

# Imagem da Semana: um título inédito

Daniela Giorno • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

Jaylen Brown enterra contra o Dallas Mavericks, no quinto jogo das finais da NBA de 2024, no TD Garden, em Boston | Foto: Peter Casey/USA Today Sports via Reuters

## O Boston Celtics derrotou o Dallas Mavericks na grande final da NBA e conquistou seu 18º campeonato — o novo recorde da liga

O time de basquete americano Boston Celtics esperava havia 16 anos pelo dia em que levaria o próximo título da NBA. Esse momento finalmente chegou na noite da segunda-feira, 17, no TD Garden, em Boston, Massachusetts. Encerrou a série de cinco jogos das finais do campeonato com uma vitória em casa contra o Dallas Mavericks e um placar de 106 a 88. Com a 18ª conquista, o Celtics tornou-se o novo líder histórico da liga, desempatando com seu antigo rival, o Los Angeles Lakers.

Joe Mazzulla, aos 35 anos, também bateu um recorde ao se tornar o técnico mais jovem desde Bill Russell, em 1969, a levar um time ao campeonato. "Você tem muito poucas chances na vida de ser ótimo", disse, na cerimônia de entrega do troféu.

Jayson Tatum e Jaylen Brown, apesar de jogarem em posições semelhantes no Boston Celtics, provaram que se complementam. Os atletas superaram a pressão dos fãs e da imprensa e foram as principais estrelas do time.

Brown também levou o Troféu Larry Bird MVP (Most Valuable Player, ou "jogador mais valioso") das finais. O prêmio é conferido ao atleta que teve o melhor desempenho ao longo da temporada.

Brown aproveitou a ocasião para compartilhar o prêmio com o colega Tatum. "Jogamos juntos há sete anos. Já passamos por muita coisa, pelas perdas, pelas expectativas. A mídia disse que não poderíamos jogar juntos, que nunca venceríamos. Ouvimos tudo. Mas simplesmente bloqueamos e continuamos. Eu confiei nele. Ele confiou em mim. E fizemos isso juntos."

O MVP também agradeceu ao time: "Esta equipe confiou em mim, especialmente nos *playoffs*. Nesses momentos, apenas por ser quem eu sou. Senti que consegui me sair bem, sendo paciente e mantendo a calma. Essas oportunidades apareceram, e eu consegui aproveitá-las. Mas dou todo o crédito aos meus companheiros de equipe pela confiança que tiveram em mim para me passarem a bola e me permitirem fazer essas jogadas".

Confira algumas imagens.

Maxi Kleber, atacante do Dallas Mavericks, em disputa com Al Horford, do Boston Celtics, durante o quarto jogo das finais da NBA de 2024, no American Airlines Center | Foto: Julio Cortez/Pool Photo/USA Today Sports via Reuters

Vista geral da cerimônia antes do quinto jogo entre o Boston Celtics e o Dallas Mavericks, nas finais da NBA de 2024, no TD Garden (17/6/2024) | Foto: David Butler II/USA Today Sports via Reuters

Jaylen Brown, guarda do Boston Celtics, enterra contra o Dallas Mavericks, durante o quinto jogo das finais da NBA de 2024 (17/6/2024) | Foto: Peter Casey/USA Today Sport via Reuters

Jayson Tatum, atacante do Boston Celtics, arremessa contra o Dallas Mavericks, durante o quinto jogo das finais da NBA (17/6/2024) | Foto: Peter Casey/USA Today Sports via Reuters

TD Garden, ao final do quinto e último jogo das finais da NBA de 2024 (17/6/2024) | Foto: Brian Fluharty/USA Today Sports via Reuters

Jayson Tatum, atacante do Boston Celtics, segura o troféu do Campeonato Larry O'Brien, após a vitória do Celtics sobre o Dallas Mavericks, no quinto jogo das finais da NBA de 2024 (17/6/2024) | Foto: Brian Fluharty/USA Today Sports via Reuters

Vista geral do TD Garden, após a vitória do Boston Celtics nas finais da NBA de 2024 (17/6/2024) | Foto: David Butler II/USA Today Sports via Reuters

***Daniela Giorno** é diretora de arte de* **Oeste** *e, a cada edição, seleciona uma imagem relevante na semana. São fotografias esteticamente interessantes, clássicas ou que simplesmente merecem ser vistas, revistas ou conhecidas.*

*Feito por @bancahidden*

# Barbara Koboldt, jornalista: ‘Quis sair de A Fazenda depois de três dias de reality’

Redação Oeste • June 21, 2024

Revista Oeste - Artigos - Edição 222

Barbara Koboldt, comunicadora, é a entrevistada do Papo com Ela | Foto: Revista Oeste

## A repórter e artista plástica foi a entrevistada do programa Papo com Ela desta semana

Barbara Koboldt é repórter, modelo e artista plástica. Já trabalhou na televisão em diferentes programas e participou do *reality A Fazenda*, da TV Record. Em entrevista ao programa **Papo com Ela**, Barbara contou que não gostou da experiência de ficar confinada e que pediu para sair depois de apenas três dias de programa.

A modelo revelou que teve dificuldades em conviver tão de perto com pessoas tão diferentes e que não se adaptou à falta de higiene dos integrantes da casa. Também detestava presenciar as discussões grosseiras.

Barbara nasceu no Rio Grande do Sul e se mudou para São Paulo na adolescência para trabalhar como modelo. Saiu da casa da mãe e do pai muito nova e teve que enfrentar as dificuldades da vida sozinha logo cedo.

A repórter e apresentadora se tornou também artista plástica. Barbara pinta quadros e gosta de ficar em casa com as luzes baixas, com os gatos e em silêncio.

*Apresentado por* ***Adriana Reid****, o programa de entrevistas* ***Papo com Ela*** *vai ao ar todas as terças-feiras, às 20h30, nos canais da* ***Revista Oeste*** *e* ***Umbrella Mídia****, no YouTube.*


OESTE
5
@SCHMOCK_ART